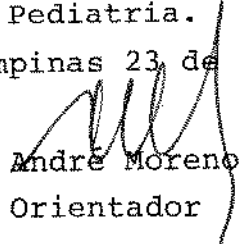


Maria Angela Reis de Góes Monteiro Antonio

**AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL E DO PERFIL DE
CRESCIMENTO DE 568 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14
CRECHES MUNICIPAIS DE PAULÍNIA - S.P.**

Este exemplar corresponde à versão Final
da Dissertação de Mestrado apresentada a Fa-
culdade de Ciências Médicas da Universidade
Estadual de Campinas, para obtenção do título
de Mestre em Pediatria.

Campinas 23 de fevereiro de 1995.


Prof.Dr. André Moreno Morcillo
Orientador

Campinas

1995

An88a

24898/BC

FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL - UNICAMP

Antonio, Maria Angela Reis de Goes Monteiro
An88a Avaliacao do estado nutricional e do perfil de crescimento de
568 criancas matriculadas nas 14 creches municipais de Paulinia -
SP / Maria Angela Reis de Goes Monteiro Antonio. - - Campinas, SP :
Is.n.l, 1995.

Orientador : Andre Moreno Morcillo.

Dissertacao (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Ciencias Medicas.

1. Crescimento. 2. Desnutricao proteica. 3. Creches.

I. Morcillo, Andre Moreno. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Ciencias Medicas. III. Titulo.

Maria Angela Reis de Góes Monteiro Antonio

**AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL E DO PERFIL DE
CRESCIMENTO DE 568 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14
CRECHES MUNICIPAIS DE PAULÍNIA - S.P.**

**Dissertação de Mestrado apresentada à
Faculdade de Ciências Médicas da
Universidade Estadual de Campinas.**

ORIENTADOR: Prof. Dr. André Moreno Morcillo

Campinas

1995

ERRATA

Página	Parágrafo	Linha	Onde está escrito	Leia-se
69	1	6	...(MONTEIRO, 1988a; ...	...(MONTEIRO, 1980; ...
69	5	3	...(MONTEIRO, 1988b; ...	...(MONTEIRO, 1988; ...
72	3	5	... Tais resultados são comparáveis aos...	... Os resultados referentes ao peso de nascimento e escolaridade da mãe são comparáveis aos...
75	2	1	... a raça branca foi ...	... a cor de pele branca foi ...
78	6	1	... to Gomez Cirteron	... to Gomez Criterion...
87	6	2	... Debate, 10: 27-29, 1988a ...	... Debate, 10: 27-29, 1980. ...
87	7	2	... USP, 1988b ...	... USP, 1988 ...

Sérgio e
Júlia

HOMENAGENS

- Aos meus pais Sérgio e Gê, que sempre investiram e acreditaram em meu desenvolvimento profissional.

- Aos meus irmãos Ana, Sérgio, Ni e Du que sempre estiveram presentes.

AGRADECIMENTOS

- Ao Professor Doutor André Moreno Morcillo pela orientação, apoio e amizade em todos os momentos ao longo de nossa convivência, durante este trabalho e fora dele.
- Ao Professor Doutor Aquiles Eugênio Piedrabuena pela orientação da análise estatística.
- À Ruth Joffily pela cuidadosa revisão do texto.
- À amiga e companheira de trabalho Emília de Faria Carniel, pelo estímulo, dedicação e colaboração, que viabilizaram o trabalho de campo, mas mais do que tudo pela grande amizade.
- À amiga Maria de Lurdes Zanolli pelas valiosas sugestões, pela paciência, pelos ensinamentos e, principalmente, pelo que sonhamos e fizemos juntas .
- À Elizete M. S. Pazetti, supervisora das creches municipais de Paulínia, com quem muito aprendi.
- Às diretoras Lúcia, Jô, Nadir, Nilza, Elza, Cida, Consuelo, Marta, Elvira, Giovanna, Angela, Marinalva, Yeda, Rosária e a todos os profissionais das creches, que souberam compreender a importância deste trabalho e colaboraram para que o levantamento de campo fosse "mais suave".
- À amiga Tuca pela datilografia e reprodução dos questionários utilizados na primeira fase deste trabalho, mas, principalmente pela confiança e amizade.
- Aos colegas da Pediatria do Centro de Saúde Escola de Paulínia pelo apoio e solidariedade.
- Às amigas Mariana e Luísa Zanolli Moreno pela compreensão e paciência com que me cederam muitas de suas horas de lazer.
- Às crianças, aqui representadas pela pequena Júlia, que nos compreenderam e assim facilitaram a pesquisa de campo.
- Às mães das creches por sua disponibilidade e cooperação ao longo deste trabalho.

ÍNDICE

	Páginas
I - INTRODUÇÃO	1
II - OBJETIVOS	7
III - CASUÍSTICA E MÉTODOS	8
IV - RESULTADOS	17
V - DISCUSSÃO	68
VI - CONCLUSÕES	75
VII - RESUMO	76
VIII - SUMMARY	78
IX - BIBLIOGRAFIA	80
X - ANEXOS	94

ÍNDICE DE FIGURAS

	Páginas
FIGURA I	44
FIGURA II	45
FIGURA III	46
FIGURA IV	47
FIGURA V	48
FIGURA VI	59
FIGURA VII	50
FIGURA VIII	51
FIGURA IX	52
FIGURA X	53
FIGURA XI	54
FIGURA XII	55
FIGURA XIII	56
FIGURA XIV	57
FIGURA XV	58
FIGURA XVI	59
FIGURA XVII	60
FIGURA XVIII	61
FIGURA XIX	62
FIGURA XX	63
FIGURA XXI	64
FIGURA XXII	65
FIGURA XXIII	66
FIGURA XXIV	67

ÍNDICE DE TABELAS

	Páginas
TABELA I	15
TABELA II	17
TABELA III	17
TABELA IV	18
TABELA V	19
TABELA VI	19
TABELA VII	20
TABELA VIII	21
TABELA IX	21
TABELA X	22
TABELA XI	23
TABELA XII	24
TABELA XIII	24
TABELA XIV	25
TABELA XV	26
TABELA XVI	27
TABELA XVII	27
TABELA XVIII	28
TABELA XIX	29
TABELA XX	30
TABELA XXI	30
TABELA XXII	31
TABELA XXIII	32
TABELA XXIV	33
TABELA XXV	33
TABELA XXVI	34
TABELA XXVII	35
TABELA XXVIII	35
TABELA XXIX	36
TABELA XXX	37
TABELA XXXI	38
TABELA XXXII	39
TABELA XXXIII	40
TABELA XXXIV	41
TABELA XXXV	42
TABELA XXXVI	43

ÍNDICE DE ANEXOS

	Páginas
ANEXO I	94
ANEXO II	94
ANEXO III	95
ANEXO IV	95
ANEXO V	96
ANEXO VI	96
ANEXO VII	97
ANEXO VIII	97
ANEXO IX	98
ANEXO X	98
ANEXO XI	99
ANEXO XII	99
ANEXO XIII	99
ANEXO XIV	100
ANEXO XV	100
ANEXO XVI	101
ANEXO XVII	101
ANEXO XVIII	102
ANEXO XIX	102
ANEXO XX	103
ANEXO XXI	103
ANEXO XXII	104
ANEXO XXIII	104
ANEXO XXIV	105
ANEXO XXV	105
ANEXO XXVI	106
ANEXO XXVII	106
ANEXO XXVIII	107
ANEXO XXIX	107
ANEXO XXX	108
ANEXO XXXI	108
ANEXO XXXII	109
ANEXO XXXIII	110
ANEXO XXXIV	111
ANEXO XXXV	112
ANEXO XXXVI	113

"... A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. Este medo quase sempre resulta de "um compromisso" contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros. Estão "comprometidos" consigo mesmos, com seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertencem. E como este não é um compromisso verdadeiro, assumem a neutralidade impossível"

(PAULO FREIRE - "Educação e Mudança")

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade as relações sociais se dão através de pelo menos duas camadas sociais distintas: na antiguidade greco-romana eram os senhores de escravo e os escravos; na idade média, os senhores feudais e os servos; na idade moderna, que foi um período de transição, a nobreza e a burguesia; já na idade contemporânea as relações se dão entre a burguesia e o operariado (KOSHIBA & PEREIRA, 1987).

A história do Brasil está ligada à expansão comercial e colonial da Europa, e seu processo de industrialização foi fortemente influenciado por esta ligação. Segundo CARDOSO *et al.* (1982) a manutenção da escravidão até 1888, nos moldes do sistema colonial, ocasionou um atraso de pelo menos quarenta anos em relação aos "países novos", nesse período a economia do país se centrava na produção para o exterior e o Brasil era o maior fornecedor mundial de café (CARDOSO *et al.*, 1982; PIERUCCI *et al.*, 1986; KOSHIBA & PEREIRA, 1987).

Entre 1888 e 1930 ocorreu a consolidação do capital industrial no Brasil, e a economia passou a uma agricultura mercantil de alimentos, de matéria-prima e uma indústria de bens de consumo (CARDOSO *et al.*, 1982; PIERUCCI *et al.*, 1986).

O processo de industrialização se deu através do desenvolvimento da indústria têxtil, tendo sido impulsionado pelo aumento do mercado interno e pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Concomitantemente ocorreu um aumento da população urbana, as cidades começaram a crescer, os índices de mortalidade começaram a diminuir em função da melhora na qualidade de vida. É importante ressaltar que esse processo não se difundiu igualmente por todo país,

concentrando-se principalmente em São Paulo (CARDOSO *et al.*, 1982; PIERUCCI *et al.*, 1986; KOSHIBA & PEREIRA, 1987).

Paralelamente ao processo de industrialização, os negócios com a exportação de café cresceram muito, o que proporcionou um grande afluxo de capital estrangeiro. Segundo EDUARD LUCKER (1931), *"o tempo e a direção da industrialização brasileira foram determinados pelo afluxo de capital estrangeiro"* (appud CARDOSO *et al.*, 1982). Esta dependência do capital estrangeiro e a necessidade de importar tecnologia trouxeram ônus para o país (PIERUCCI *et al.*, 1986; KOSHIBA & PEREIRA, 1987; FURTADO, 1992). O aparecimento de encargos para a população pôde ser observado precocemente, já no primeiro governo de Getúlio, quando houve um agravamento do processo inflacionário que atingiu basicamente os trabalhadores assalariados (PIERUCCI *et al.*, 1986; KOSHIBA & PEREIRA, 1987).

Em 1962 uma grave crise social e econômica foi deflagrada. A partir de 1964, com a conjuntura internacional favorável e o excesso de liquidez, a economia brasileira dirigiu-se para o mercado mundial, e, em 1967 o combate à inflação cedeu lugar ao crescimento econômico que atrelou definitivamente a economia nacional aos interesses das multinacionais. O endividamento externo crescente para obtenção de tecnologia estrangeira, a concentração de renda cada vez maior e a impossibilidade de organização dos trabalhadores propiciaram rapidamente o processo de acumulação de capital (SODRÉ, 1976; BALDIJÃO, 1979; PIERUCCI *et al.*, 1986; KOSHIBA & PEREIRA, 1987; CHAHAD & MACEDO, 1988; FURTADO, 1992).

Na década de 80, as conseqüências da acumulação de capital eram evidentes e o país iniciou a maior crise econômica e social de sua história com repercussões até os dias de hoje. A constante redução nos investimentos sociais, o desemprego crescente e a concentração de renda cada vez maior determinaram

aumento da pobreza, marginalidade, subemprego e violência urbana, fazendo com que a qualidade de vida da população se deteriorasse progressivamente (PIERUCCI *et al.*, 1986; KOSHIBA & PEREIRA, 1987; CHAHAD & MACEDO, 1988).

O processo de industrialização não se deu de maneira uniforme. As disparidades regionais tornaram-se cada vez mais evidentes e crescentes e a perspectiva de trabalho na região Centro-Sul levou à migração do campo para os centros urbanos (PIERUCCI *et al.*, 1986; KOSHIBA & PEREIRA, 1987).

Os processos de industrialização e urbanização desencadearam importantes mudanças econômicas e sociais. Uma de suas consequências foi a maior participação feminina no mercado de trabalho com grandes transformações na estrutura familiar e no papel social da mulher (VIEIRA, 1988; OLIVEIRA & FERREIRA, 1989; HADDAD, 1991; OLIVEIRA *et al.*, 1992)

Ao contrário dos países desenvolvidos, onde as creches surgiram em um momento histórico de profundas modificações sociais que abrangeram a estrutura de trabalho e a reestruturação familiar, no Brasil a reivindicação por creches para atender aos filhos das operárias só começou a ser tratada no início do século XX, muito embora o recrutamento da mulher como mão-de-obra tivesse se iniciado com o processo de industrialização, na metade do século XIX, quando foi introduzido no país um trabalhador mais politizado: os imigrantes europeus (RIZZO, 1983, 1984; KRAMER, 1987; OLIVEIRA & FERREIRA, 1989; OLIVEIRA *et al.*, 1992).

O trabalho feminino no país foi regulamentado em 1923, quando ficou determinado que os empregadores deveriam proporcionar a possibilidade das mulheres amamentarem seus filhos e que deveria haver creches ou salas de amamentação próximas ao local de trabalho. Em 1943 estas determinações foram

definitivamente incorporadas na Consolidação das Leis Trabalhistas (C.L.T.) (VIEIRA, 1988; HARDY *et al.*, 1991; OLIVEIRA *et al.*, 1992).

Historicamente as creches sempre tiveram um papel controvertido nas sociedades e, até hoje, países de primeiro mundo como os Estados Unidos não possuem legislação específica que controle estas instituições (DILKS, 1991). No Brasil os problemas são maiores, já que as creches são vistas de uma maneira fragmentada, a responsabilidade sobre elas se dilui entre ministérios e secretarias e o serviço não é assumido efetivamente por ninguém (CAMPOS *et al.*, 1985; KRAMER, 1987).

No Brasil, desde o seu início até a década de 60, as creches foram vistas como entidades assistenciais, destinadas ao atendimento de crianças de baixa renda cujas mães trabalhassem fora do domicílio. Existia uma preocupação com a saúde das populações de baixa renda e com as formas de evitar a violência e a marginalidade nesses grupos. De acordo com OLIVEIRA *et al.* (1992), isto levava *"grupos sociais politicamente influentes a defenderem a creche como agência promotora de bem-estar social"* (CAMPOS *et al.*, 1985; VIEIRA, 1988; OLIVEIRA & FERREIRA, 1989; OLIVEIRA *et al.*, 1992).

A partir de 1970, a participação da mulher no mercado de trabalho passou a ser considerável. Em 1979, na cidade de São Paulo, foi criado o Movimento de Luta por Creches, que teve papel fundamental na criação de uma rede de creches mantidas pelo Estado, com participação da comunidade na sua organização. As creches tornaram-se efetivamente um direito do trabalhador (CAMPOS *et al.*, 1985; OLIVEIRA & FERREIRA, 1989; ROSEMBERG, 1989; HADDAD, 1991; OLIVEIRA *et al.*, 1992).

No município de Paulínia (SP), a primeira creche surgiu na década de 70. Em 1980 ocorreu a inauguração da primeira creche municipal com capacidade para

25 crianças, quando o município já havia iniciado seu processo de industrialização há cerca de 10 anos com a instalação da Refinaria do Planalto (REPLAN). Desde então os processos de urbanização e a industrialização são crescentes e as creches passaram a integrar o cotidiano da cidade, que atualmente possui 14 unidades. Estas são vinculadas à Secretaria de Educação, fazendo parte de um sistema educacional que privilegia crianças de 3 meses a 3 anos, tendo como objetivo complementar as necessidades de educação, recreação, nutrição, afeto e saúde dos filhos de mães que trabalham fora do domicílio. Das 530 vagas existentes, 80% são ocupadas por crianças que permanecem na instituição cerca de 8 a 9 horas por dia, onde é oferecido 100% de suas necessidades nutricionais, enquanto os demais, em período parcial, recebem 60% (MACCHIAVERNI, ANTONIO & PAZETTI, 1990; PMP, 1994).

As creches contam, na área da saúde, com o apoio da equipe de pediatras da rede ambulatorial e do serviço de vigilância epidemiológica e sanitária da rede de saúde municipal - UNICAMP, dentro de um modelo que preconiza a atenção global à saúde da criança e do adolescente. São realizados atendimentos individuais nas unidades básicas de saúde; visitas às creches com o objetivo de desenvolver ações de vigilância epidemiológica e sanitária, prevenção de acidentes e educação em saúde; treinamentos e reciclagens com toda equipe de profissionais das creches; e reuniões com os pais (MACCHIAVERNI, ANTONIO & PAZETTI, 1990).

Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente garantir creche e pré-escola para todas as crianças com idade entre zero e seis anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1991), esta meta não foi atingida em Paulínia, onde somente 17% das crianças na faixa etária de creche dispõem desta possibilidade.

As creches têm tido seus benefícios sociais reconhecidos e as mulheres trabalhadoras têm-na utilizado como um apoio na educação de seus filhos.

Todavia estudos vêm demonstrando que são instituições de risco para a saúde pois as crianças usuárias, quando comparadas com aquelas que ficam em seus domicílios, apresentam tanto um aumento na frequência de episódios de doenças infecto-contagiosas, quanto no risco de adquirir doenças de maior gravidade (GINSBURG *et al.*, 1977; JACOBSON *et al.*, 1977; PICKERING *et al.*, 1981; WALD *et al.*, 1988; COLLET *et al.*, 1991; WALD *et al.*, 1991a; WALD *et al.*, 1991b).

Vários estudos têm sido realizados procurando determinar o papel que o ambiente tem sobre a situação nutricional e o processo de crescimento de grupos populacionais, considerando principalmente a alimentação, as doenças infecciosas, as condições de saneamento básico, os estratos sociais e seus determinantes (MATA *et al.*, 1971; TANNER, 1971; MARQUES *et al.*, 1975; BATISTA FILHO, 1976; MIRANDA, 1977; MONTEIRO, 1977; MARCONDES & SETIAN, 1978; MARSHALL, 1981; RONA, 1981; GARCIA-TAMAYO, 1982; MATA, 1985; GOLDING, 1986; SHRIMPTON, 1986; MONTEIRO & BENÍCIO, 1987; GOLDEMBERG, 1988; MATA, 1988; MONTEIRO, 1988b; VICTORA, 1988; OLIVEIRA, 1989; BHASKARAM, 1992; ZANOLLI, 1992). No entanto, com relação às crianças usuárias das creches, poucos estudos têm sido realizados com o objetivo de conhecer a repercussão que estas instituições têm sobre o seu crescimento (MARTINS, 1993), principalmente considerando as peculiaridades dos diferentes estratos sociais.

OBJETIVOS

Avaliar o estado nutricional de acordo com as classificações de Gomez e Waterlow, analisar o perfil de crescimento através da distribuição dos percentis de peso para idade, altura para idade e peso para altura das crianças matriculadas nas 14 creches municipais de Paulínia (SP), considerando a faixa etária, renda *per capita*, frações de classe social, escolaridade da mãe, escolaridade do pai, número de irmãos, ordem de nascimento e peso de nascimento.

CASUÍSTICA E MÉTODOS

I. CASUÍSTICA

Foram incluídas no estudo todas as 568 crianças matriculadas nas 14 creches municipais de Paulínia (SP) (ANEXO XXXIV) no período de 1 de março a 31 de maio de 1993. A idade do grupo variou de 3 a 48 meses, sendo que 443 crianças (78,0%) freqüentavam a creche em período integral (8 horas por dia) e 125 (22,0%) em período parcial (4 horas por dia).

II. MÉTODOS

O estudo incluiu um questionário (ANEXO XXXV) para obtenção de informações referentes a: data de nascimento, renda familiar, número de pessoas na família, escolaridade da mãe, escolaridade do pai, ocupação e posição na ocupação do pai, ocupação e posição na ocupação da mãe, número de irmãos, ordem de nascimento, peso de nascimento e uma avaliação antropométrica onde foram medidos o peso e o comprimento.

1. Questionário

O questionário foi aplicado por dois entrevistadores previamente treinados e padronizados, sendo as informações obtidas junto à mãe, pai ou ao responsável na ausência destes. A falta de alguma das informações não excluía a criança do estudo.

1.1 - Data de nascimento, data do exame antropométrico

A data de nascimento foi obtida no livro de matrícula da creche, cujo registro é feito a partir da certidão de nascimento da criança. A data do exame foi anotada para posterior cálculo da idade no momento do exame antropométrico.

1.2 - Renda Familiar

Considerou-se a quantia, em cruzeiros, percebida pela família no mês anterior ao da entrevista.

1.3 - Número de Pessoas na Família

Foram consideradas todas as pessoas do núcleo familiar que compartilhavam da renda mensal familiar.

1.4 - Tipo de ocupação

Obteve-se a informação referente ao tipo de ocupação exercido ou praticado pelos pais no momento da entrevista, que foi classificado segundo a norma do IBGE (IBGE, 1982).

1.5 - Posição na ocupação

Considerou-se o tipo de inserção profissional dos pais no processo produtivo : assalariado; autônomo com ou sem negócio; empregador com até 4 empregados; empregador com 5 ou mais empregados; e os fora da população economicamente ativa, sendo este último grupo constituído pelos desempregados, afastados, doentes e do lar (BARROS, 1986).

1.6 - Escolaridade

Considerou-se o grau máximo de escolaridade (em anos) atingido pelos pais.

1.7 - Número de irmãos

Foi considerado o número de irmãos de cada criança.

1.8 - Ordem de Nascimento

No estabelecimento da ordem de nascimento, considerou-se a ordem cronológica de nascimento de cada criança em relação às demais gestações da mãe.

1.9 - Peso de Nascimento

O peso de nascimento em gramas foi obtido a partir do cartão de nascimento da criança.

2 - Exame Antropométrico

O exame antropométrico constou das medidas de peso, do comprimento ou da altura das crianças, tendo sido realizado por dois observadores previamente treinados e padronizados.

2.1 - Peso

Todas as crianças até 18 meses foram pesadas despidas e as maiores com indumentária mínima. Utilizou-se uma balança da marca WELMY, com peso máximo de 150kg e escala em kg e g, que foi aferida antes do início do estudo pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE PESOS E MEDIDAS e posteriormente calibrada ao início das sessões de trabalho, assim como a cada 10 crianças pesadas (JELIFFE, 1966; MARSHALL, 1977; CAMERON, 1978; MPAS, 1983; OMS, 1983).

2.2 - Comprimento e Altura

A medida do comprimento das crianças até 2 anos de idade foi realizada em um antropômetro horizontal, que consistiu de uma base de madeira retangular com uma escala graduada em cm e mm; de uma peça cefálica de madeira fixa e uma peça podal de madeira móvel, ortogonais à base. As crianças foram medidas em decúbito dorsal, com a cabeça apoiada junto à peça cefálica, de tal maneira que o ângulo externo dos olhos ficasse em um plano perpendicular à base do antropômetro e os membros inferiores em extensão, sendo a peça podal ajustada às plantas do pés e a leitura feita diretamente sobre a fita graduada (JELIFFE, 1966; MARSHALL, 1977; CAMERON, 1978; MPS, 1983; OMS, 1983).

As crianças maiores foram medidas em um antropômetro vertical, de características semelhantes às anteriores. Eram posicionadas com os pés juntos e as plantas apoiadas na base, estando os calcanhares, os glúteos, ombros e occipício apoiados no plano vertical do antropômetro. O examinador segurando a mandíbula com a mão esquerda e exercendo uma leve tração para cima, posicionava a cabeça da criança de tal maneira que um plano horizontal passasse entre o trágus e o ângulo externo dos olhos; com a mão direita baixava a peça cefálica até o ponto mais alto da cabeça, fazendo a leitura direta sobre a fita graduada (JELIFFE, 1966; MARSHALL, 1977; CAMERON, 1978; MPS, 1983; OMS, 1983).

3 - Idade

A idade em meses, calculada a partir da data de nascimento, foi registrada no dia do exame antropométrico.

4 - Avaliação das Características Sócio-Econômicas

Para avaliação das características sócio-econômicas foram utilizados os seguintes parâmetros: renda familiar *per capita*, frações de classe social, escolaridade da mãe e do pai.

4.1 - Renda Familiar *Per Capita* em Salários-Mínimos

Este dado foi obtido a partir da renda familiar referente ao mês que antecedeu a entrevista, dividida pelo número de pessoas da família, transformada em salários-mínimos, sendo posteriormente agrupado da seguinte forma:

<= 0,25	Salário-mínimo
0,25 — 0,50	Salário-mínimo
0,50 — 1,00	Salário-mínimo
1,00 — 2,00	Salários-mínimos
> 2,00	Salários-mínimos

4.2 - Frações de Classe Social

Para a classificação em classes sociais foram utilizadas as informações referentes ao tipo de ocupação, renda e posição na ocupação do pai e da mãe (BARROS,1986), tendo sido considerada a inserção do pai quando este era presente, caso contrário utilizou-se a da mãe. Foram definidas as seguintes categorias (Anexo XXXVI):

SP = Subproletariado
PPD = Proletariado propriamente dito
PB = Pequena burguesia
BG = Burguesia gerencial
BE = Burguesia empresarial

4.3 - Escolaridade dos pais

Empregou-se o seguinte agrupamento:

MENOS DE 1 ANO = analfabetos ou 1ª série do 1º grau incompleta
1 A 3 ANOS = 1ª a 3ª série do 1º grau completas
4 ANOS = 4ª série do 1º grau completa
5 A 7 ANOS = 5ª a 7ª série do 1º grau completas
8 ANOS = 8ª série do 1º grau completa ou supletivo de 1º grau
9 A 11 ANOS = 1ª a 3ª série do 2º grau completas ou supletivo de 2º grau
MAIS QUE 11 ANOS = cursos técnicos completos ou 1 ou mais anos de curso superior
OUTROS = crianças que não tinham convivência com o pai ou a mãe, ou a escolaridade era desconhecida pela família

5 - Avaliação das Características Demográficas

5.1 - Número de irmãos

Para análise desta informação foi utilizado o seguinte agrupamento:

0 = sem irmãos
1 = um irmão
2 ou + = dois ou mais irmãos

5.2 - Ordem de Nascimento

Empregou-se a seguinte classificação:

- 1 = primeira gestação
- 2 = segunda gestação
- 3 ou + = terceira gestação ou posterior

5.3 - Peso de Nascimento

O peso de nascimento foi agrupado nas seguintes categorias:

- < 2.500 gramas
- 2.500 |– 3.000 gramas
- >= 3.000 gramas

6 - Avaliação Nutricional

6.1 - Critério de Gomez

Na avaliação nutricional pelo critério de Gomez considerou-se a adequação do peso para idade (P/I) da criança em relação à mediana do peso observado na população de referência (GOMEZ, 1946). Utilizou-se a seguinte classificação: E - Não desnutrido: quando o peso para idade era igual ou maior que 90% da mediana; DI - Desnutrição de primeiro grau: o peso estava entre 90% e 75% da mediana; DII - Desnutrição de segundo grau: quando o peso estava entre 75% e 60% da mediana e DIII - Desnutrição de terceiro grau: quando o peso era menor que 60% da mediana.

6.2 - Classificação de Waterlow

A classificação de Waterlow baseia-se na adequação do peso para altura (P/A) e da altura para idade (A/I). Considerou-se adequada quando a relação P/A foi igual ou maior que 80% e A/I igual ou maior que 90% do valor da mediana da curva de referência (WATERLOW, 1973, 1974; WATERLOW & RUTISHAUSER, 1974; WATERLOW, 1976; WATERLOW *et al.*, 1977):

TABELA I: CLASSIFICAÇÃO DE WATERLOW

	A/I (1)	P/A (2)
EUTRÓFICO	$\geq 90\%$	$\geq 80\%$
DESNUTRIÇÃO AGUDA OU RECENTE	$\geq 90\%$	$< 80\%$
DESNUTRIÇÃO CRÔNICA OU DE LONGA DURAÇÃO	$< 90\%$	$< 80\%$
DESNUTRIÇÃO PREGRESSA	$< 90\%$	$\geq 80\%$

(1) - A/I = Ponto de corte da altura para idade (2) - P/A = Ponto de corte do peso para altura

7 - Perfil de Crescimento da população de Estudo

7.1 - Distribuição Percentilar

Determinou-se o percentil dos indicadores Peso/Idade, Altura/Idade e Peso/Altura de cada criança incluída no estudo, empregando-se o programa CASP (JORDAN, 1987).

8 - Curvas de Referência

Foram utilizadas como referência as curvas de peso para idade, altura para idade e peso para altura do *National Center for Health Statistics* (NCHS, 1977; Hamill *et al.*, 1979; OMS, 1983).

3 - Análise Estatística

Para a análise da associação entre a prevalência de desnutrição segundo o critério do Gomez em relação ao sexo foi utilizado o Teste do QUI-QUADRADO; quanto aos grupos etários, renda familiar *per capita*, frações de classe social, escolaridade da mãe, escolaridade do pai, número de irmãos, ordem de nascimento e peso de nascimento empregou-se o Teste de Heterogeneidade de BRANDT-SNEDECOR (SIEGEL, 1975; BEIGUELMAN, 1988).

Para apresentação da distribuição dos percentis observados dos indicadores Peso/Idade, Altura/Idade e Peso/Altura em relação às variáveis de análise empregou-se um diagrama esquemático, representando-se os valores mínimo e máximo, assim como o primeiro, segundo e terceiro quartis (*BOX-PLOT*). Estes mesmos dados também foram apresentados na forma de tabelas.

Na análise da distribuição dos percentis observados dos indicadores A/I, P/I e P/A com relação aos grupos etários, renda familiar *per capita*, frações de classe social, escolaridade da mãe, escolaridade do pai, número de irmãos, ordem de nascimento e peso de nascimento empregou-se a prova de KRUSKAL-WALLIS (SIEGEL, 1975; LEVIN, 1987), sendo que nos casos em que esta foi significativa, utilizou-se o Teste de Comparações Múltiplas (CAMPOS, 1979).

Para as decisões sobre significância adotou-se um $\alpha = 0,05$.

RESULTADOS

1. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

1.1 - Sexo, Idade e Cor da Pele

Das 568 crianças incluídas no estudo, 273 (48,1%) eram do sexo masculino e 295 (51,9%) do feminino.

Na tabela II é apresentada a distribuição com relação à cor da pele, sendo que 345 (60,7%) eram brancas e 223 (39,3%) não brancas. Quanto à idade, pode-se observar que 25,6% das crianças tinham menos de um ano de idade; 34,5% entre 1 e 2 anos; e 40,0% mais que 2 anos (TABELA III).

TABELA II - DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À COR DA PELE DE 568 CRIANÇAS MATRICULADAS EM 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA -SP, 1993

COR DA PELE	N (1)	% (2)
BRANCO	345	60,7
NEGRÓIDE	218	38,4
AMARELO	5	0,9
TOTAL	568	100,0

(1) N - Frequência absoluta (2) % - Frequência relativa

TABELA III - DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO GRUPO ETÁRIO DE 568 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

GRUPO ETÁRIO (em meses)	N (1)	% (2)
0 - 3	2	0,4
3 - 6	47	8,3
6 - 9	39	6,9
9 - 12	57	10,0
12 - 18	89	15,7
18 - 24	107	18,8
24 - 30	114	20,1
30 - 36	95	16,7
> 36	18	3,2
TOTAL	568	100,0

(1) N - Frequência absoluta

(2) % - Frequência relativa

1.2 - Renda Per Capita

Em relação à distribuição da renda *per capita*, 19,5% das crianças tinham renda inferior a 0,5 salário-mínimo; 49 % entre 0,5 e 2 e somente 28,5% mais que 2 salários-mínimos. Apenas 6 crianças (1,1%) não tinham qualquer tipo de renda e em 11 (1,9%) esta era desconhecida (TABELA IV).

TABELA IV -DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*
DE 568 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA -SP, 1993

RENDA (1)	N (2)	% (3)
<= 0,25	32	5,6
0,25 - 0,50	79	13,9
0,50 - 1,00	131	23,1
1,00 - 2,00	147	25,9
> 2,00	162	28,5
sem renda	6	1,1
desconhecida (4)	11	1,9
TOTAL	568	100,0

(1) Renda - Renda familiar *per capita* em salários-mínimos

(2) N - Frequência absoluta

(3) % - Frequência relativa

(4) desconhecida - Informação desconhecida

1.3 - Frações de Classe Social

A distribuição das crianças do grupo estudado com relação às frações de classe social é apresentada na tabela V. Observou-se que 59,5% das crianças pertenciam ao proletariado propriamente dito; 28,2% ao subproletariado e somente 12,1% a alguma das burguesias.

TABELA V - DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO ÀS FRAÇÕES DE CLASSE SOCIAL DE 567 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

FRAÇÕES DE CLASSE	N (1)	% (2)
Subproletariado	160	28,2
Proletariado Propriamente Dito	338	59,5
Pequena Burguesia	36	6,3
Burguesia Gerencial	26	4,6
Burguesia Empresarial	7	1,2
Falta de Informação	1	0,2
TOTAL	568	100,0

(1) - N - Frequência absoluta (2) - % - Frequência relativa

1.4 - Escolaridade da Mãe

Quanto à escolaridade das mães das crianças da amostra, 12,7% tinham primário incompleto; 19,7% tinham primário completo; 38,9% tinham ginásio completo ou não e 28% tinham no mínimo o primeiro ano do curso colegial. Em 4 crianças a informação não pôde ser obtida, pois estas não tinham mãe (TABELA VI).

TABELA VI - DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE DA MÃE (EM ANOS) DE 568 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ESCOLARIDADE DA MÃE	N (1)	% (2)
< 1	13	2,3
1 - 3	59	10,4
= 4	112	19,7
5 - 7	146	25,7
= 8	75	13,2
9 - 10	28	4,9
> = 11	131	23,1
Sem Genitor	4	0,7
TOTAL	568	100,0

(1) N - Frequência absoluta (2) % - Frequência relativa

1.5 - Escolaridade do Pai

Das 568 crianças incluídas no estudo, 10,8% dos pais tinham menos de 4 anos de escolaridade; 15,0% tinham 4 anos; 31,0% entre 5 e 8 anos e 28,9% mais que 9 anos. Em 99 casos não foi possível obter esta informação, pois 90 crianças não tinham pai e em 9 a mãe a desconhecia (Tabela VII).

TABELA VII - DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE DO PAI
(EM ANOS) DE 568 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO
MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ESCOLARIDADE DO PAI	N (1)	% (2)
< 1	13	2,3
1 - 3	48	8,5
= 4	85	15,0
5 - 7	118	20,8
= 8	58	10,2
9 - 10	33	5,8
> = 11	114	20,1
Sem Genitor	90	15,8
Desconhecido (3)	9	1,6
TOTAL	568	100,0

(1) N - Frequência absoluta

(2) % - Frequência Relativa

(3) Desconhecido - informação desconhecida

1.6 - Número de Irmãos

Em relação ao número de irmãos, 31,3% do grupo de estudo tinham somente 1; 24,8% tinham 2 ou mais e 43,1% nenhum (Tabela VIII).

TABELA VIII - DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE IRMÃOS DE
568 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE
PAULÍNIA - SP, 1993

NÚMERO DE IRMÃOS	N (1)	% (2)
0	245	43,1
1	178	31,3
2 ou mais	141	24,8
Sem informação	4	0,7
TOTAL	568	100

(1) - N - Frequência absoluta (2) - % - Frequência relativa

1.7 - Ordem de Nascimento

Quanto à ordem de nascimento, metade das crianças eram o primeiro filho, a outra metade era da segunda ou de gestações posteriores (Tabela IX).

TABELA IX - DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À ORDEM DE NASCIMENTO DE
568 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE
PAULÍNIA - SP, 1993

ORDEM DE NASCIMENTO	N (1)	% (2)
1	271	47,7
2	177	31,2
3 ou posterior	116	20,4
sem informação	4	0,7
TOTAL	568	100,0

(1) - N - Frequência absoluta (2) - % - Frequência relativa

1.8 - Peso de Nascimento

Na tabela X é apresentada a distribuição das crianças que compunham o grupo de estudo em relação ao peso de nascimento, sendo que a maioria nasceu com 3.000g ou mais.

TABELA X - DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO PESO DE NASCIMENTO
DE 568 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE
PAULÍNIA - SP, 1993

PESO DE NASCIMENTO (g)	N (1)	% (2)
< 2.500	34	6,0
2.500 --- 3.000	132	23,2
>= 3.000	392	69,0
sem informação	10	1,8
TOTAL	568	100,0

(1) - N - Frequência absoluta (2) - % - Frequência relativa

2. AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ

Na tabela XI pode-se observar que 119 (21%) apresentavam algum grau de desnutrição, sendo 20,3% desnutridas de I grau e 0,7% de II grau; não sendo encontrado nenhum caso de desnutrição de III grau. Em uma criança do sexo feminino não foi possível a obtenção do peso. Para a análise da associação entre a prevalência de desnutrição e o sexo, houve necessidade de se agrupar todas as formas de desnutrição. Não se observou associação entre sexo e desnutrição ($X^2 = 0,98$; $X^2_{\alpha} = 0,05$; $1gl = 3,841$)

TABELA XI - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM
 RELAÇÃO AO SEXO DE 567 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE
 PAULÍNIA - SP, 1993

SEXO	E (1)		DI (2)		DII (3)		DIII (4)		TOTAL
	N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
M (7)	221	81,0	49	17,9	3	1,1	0	0	273
F (8)	227	77,2	66	22,4	1	0,3	0	0	294
TOTAL	448	79,0	115	20,3	4	0,7	0	0	567

(1) E - Não desnutrido

(2) DI - Desnutrição de primeiro grau

(3) DII - Desnutrição de segundo grau

(4) DIII - Desnutrição de terceiro grau

(5) N - Frequência absoluta

(6) % - Frequência relativa

(7) M - Masculino

(8) F - Feminino

2.1. - Grupos etários

A prevalência de desnutrição nas 273 crianças do sexo masculino em relação à idade no momento do exame é apresentada na tabela XII. A prevalência variou de 11,5% no grupo de 0 a 6 meses a 29,2% no grupo de 12 a 18 meses. Dos 3 casos de desnutrição de II grau observados, todos tinham mais que 12 meses de idade. Quanto ao sexo feminino, a prevalência variou de 12,5% no grupo de 12 a 18 meses a 27,3% no grupo de 18 a 24 meses. Observou-se somente 1 caso de desnutrição de II grau no grupo de crianças do sexo feminino (Tabela XIII).

Para a análise da associação entre grupos etários e a prevalência da desnutrição, foi necessário o agrupamento de todas as formas da mesma, assim como as crianças entre 0 e 9 meses, sendo que as diferenças observadas não são estatisticamente significantes tanto para o sexo masculino quanto para o feminino. Os valores do X^2 do Teste de Heterogeneidade de Brandt-Snedecor são apresentados nos anexos I e II.

**TABELA XII - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ
EM RELAÇÃO AO GRUPO ETÁRIO DE 273 CRIANÇAS DO SEXO MASCULINO MATRICULADAS
NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993**

GE (1)	E (2)		DI (3)		DII (4)		DIII (5)		TOTAL
	N (6)	% (7)	N	%	N	%	N	%	
0 -- 6	23	88,5	3	11,5	0	0	0	0	26
6 -- 9	14	73,7	5	26,3	0	0	0	0	19
9 -- 12	25	80,6	6	19,4	0	0	0	0	31
12 -- 18	29	70,7	11	26,8	1	2,4	0	0	41
18 -- 24	33	82,5	6	15,0	1	2,5	0	0	40
24 -- 30	49	87,5	7	12,5	0	0	0	0	56
> 30	48	80,0	11	18,3	1	1,7	0	0	60
TOTAL	221	81,0	49	17,9	3	1,1	0	0	273

(1) - GE - Grupo Etário em meses

(2) - E - Não desnutrido

(3) - DI - Desnutrição de I grau

(4) - DII - Desnutrição de II grau

(5) - DIII - Desnutrição de III grau

(6) - N - Frequência absoluta

(7) - % - Frequência relativa

**TABELA XIII - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM
RELAÇÃO AO GRUPO ETÁRIO DE 294 CRIANÇAS DO SEXO FEMININO MATRICULADAS NAS 14
CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993**

GE (1)	E (2)		DI (3)		DII (4)		DIII (5)		TOTAL
	N (6)	% (7)	N	%	N	%	N	%	
0 -- 6	17	73,9	6	26,1	0	0	0	0	23
6 -- 9	15	75,0	5	25,0	0	0	0	0	20
9 -- 12	22	84,6	4	15,4	0	0	0	0	26
12 -- 18	42	87,5	6	12,5	0	0	0	0	48
18 -- 24	48	72,7	17	25,8	1	1,5	0	0	66
24 -- 30	43	74,1	15	25,9	0	0	0	0	58
> 30	40	75,5	13	24,5	0	0	0	0	53
TOTAL	227	77,2	66	22,4	1	0,3	0	0	294

(1) - GE - Grupo etário em meses

(2) - E - Não desnutrido

(3) - DI - Desnutrição de primeiro grau

(4) - DII - Desnutrição de segundo grau

(5) - DIII - Desnutrição de terceiro grau

(6) - N - Frequência absoluta

(7) - % - Frequência relativa

2.2 - Frações de Classe Social

A prevalência de desnutrição no grupo de crianças do sexo feminino quanto às frações de classe social é apresentada na tabela XIV, sendo que variou de 25,9% no subproletariado a 7,7% na burguesia gerencial, não se encontrando nenhum caso na burguesia empresarial. No sexo masculino a prevalência variou de 13,4% na pequena burguesia a 50,0% na burguesia empresarial (Tabela XV).

Para análise da associação entre desnutrição e frações de classe social foi necessário o agrupamento de todas as formas de desnutrição, assim como o das frações burguesia empresarial, pequena burguesia e burguesia gerencial. Não houve significância nas diferenças observadas em ambos os sexos. Os valores X^2 do Teste de Brandt-Snedecor são apresentados nos anexos I e II.

TABELA XIV - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM RELAÇÃO ÀS FRAÇÕES DE CLASSE SOCIAL DE 294 CRIANÇAS DO SEXO FEMININO MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

FC (1)	E (2)		DI (3)		DII (4)		DIII (5)		TOTAL
	N (6)	% (7)	N	%	N	%	N	%	
BE	3	100,0	0	0	0	0	0	0	3
PB	18	85,7	3	14,3	0	0	0	0	21
BG	12	92,3	1	7,7	0	0	0	0	13
PPD	133	76,0	42	24,0	0	0	0	0	175
SP	60	74,1	20	24,7	1	1,2	0	0	81
FI (8)	1	100,0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	227	77,2	66	22,4	1	0,3	0	0	294

(1) - FC - Frações de classe social
 BE = Burguesia empresarial
 PB = Pequena burguesia
 BG = Burguesia gerencial
 PPD = Proletariado propriamente dito
 SP = Subproletariado

(2) - E - Não desnutrido
 (3) - DI - Desnutrição de primeiro grau
 (4) - DII - Desnutrição de segundo grau
 (5) - DIII - Desnutrição de terceiro grau
 (6) - N - Frequência absoluta
 (7) - % - Frequência relativa
 (8) - FI - Falta de informação

TABELA XV - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM
 RELAÇÃO ÀS FRAÇÕES DE CLASSE SOCIAL DE 273 CRIANÇAS DO SEXO
 MASCULINO MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE
 PAULÍNIA - SP, 1993

FC (1)	E (2)		DI (3)		DII (4)		DIII (5)		TOTAL
	N (6)	% (7)	N	%	N	%	N	%	
BE	2	50,0	2	50,0	0	0	0	0	4
PB	13	86,7	1	6,7	1	6,7	0	0	15
BG	9	69,2	4	30,8	0	0	0	0	13
PPD	134	82,2	28	17,2	1	0,6	0	0	163
SP	63	80,8	14	17,9	1	1,3	0	0	78
TOTAL	221	81,0	49	17,9	3	1,1	0	0	273

(1) - FC - Frações de classe social
 BE = Burguesia empresarial
 PB = Pequena burguesia
 BG = Burguesia gerencial
 PPD = Proletariado propriamente dito
 SP = Subproletariado

(2) - E - Não desnutrido
 (3) - DI - Desnutrição de primeiro grau
 (4) - DII - Desnutrição de segundo grau
 (5) - DIII - Desnutrição de terceiro grau
 (6) - N - Frequência absoluta
 (7) - % - Frequência relativa

2.3 - Renda Per Capita

Nas crianças do sexo masculino que compunham a amostra, a prevalência variou de 12,7% no grupo de 1 a 2 salários-mínimos a 23,8% nos maiores de 2 salários-mínimos (Tabela XVI); enquanto no feminino variou de 18,4% no grupo de 1 a 2 salários-mínimos a 33,3% no grupo sem renda (Tabela XVII).

Para análise da associação entre a prevalência de desnutrição e grupo de renda *per capita* foi necessário o agrupamento de todas as formas de desnutrição, assim como o dos grupos de $\leq$ a 0,25 e 0,25 a 0,50. Não foram considerados os sem renda e aqueles em que esta era desconhecida. Não houve significância estatística nas diferenças observadas para ambos os sexos. Os valores do X^2 do Teste de Brandt-Snedecor são apresentados nos anexos I e II.

TABELA XVI - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM RELAÇÃO À RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS) DE 273 CRIANÇAS DO SEXO MASCULINO MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

RENDA (1)	E (2)		DI (3)		DII (4)		DIII (5)		TOTAL
	N (6)	% (7)	N	%	N	%	N	%	
<= 0,25	10	76,9	2	15,4	1	7,7	0	0	13
0,25 - 0,50	29	80,6	7	19,4	0	0	0	0	36
0,50 - 1,00	50	79,4	12	19,0	1	1,6	0	0	63
1,00 - 2,00	62	87,3	9	12,7	0	0	0	0	71
> 2,00	61	76,3	18	22,5	1	1,3	0	0	80
sem renda	3	100,0	0	0	0	0	0	0	3
desconhecido (8)	6	85,7	1	14,3	0	0	0	0	7
TOTAL	221	81,0	49	17,9	3	1,1	0	0	273

(1) - Grupos de renda per capita

(2) - E - Não desnutrido

(3) - DI - Desnutrição de primeiro grau

(4) - DII - Desnutrição de segundo grau

(5) - DIII - Desnutrição de terceiro grau

(6) - N - Frequência absoluta

(7) - % - Frequência relativa

(8) - Desconhecido - Informação desconhecida

TABELA XVII - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM RELAÇÃO À RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS) DE 294 CRIANÇAS DO SEXO FEMININO MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

RENDA (1)	E (2)		DI (3)		DII (4)		DIII (5)		TOTAL
	N (6)	% (7)	N	%	N	%	N	%	
<= 0,25	14	73,7	5	26,3	0	0	0	0	19
0,25 - 0,50	30	69,8	13	30,2	0	0	0	0	43
0,50 - 1,00	50	74,6	16	23,9	1	1,5	0	0	67
1,00 - 2,00	62	81,6	14	18,4	0	0	0	0	76
> 2,00	65	79,3	17	20,7	0	0	0	0	82
sem renda	2	66,7	1	33,3	0	0	0	0	3
desconhecido (8)	4	100,0	0	0	0	0	0	0	4
TOTAL	227	77,2	66	22,4	1	0,3	0	0	294

(1) - Grupos de renda per capita

(2) - E - Não desnutrido

(3) - DI - Desnutrição de primeiro grau

(4) - DII - Desnutrição de segundo grau

(5) - DIII - Desnutrição de terceiro grau

(6) - N - Frequência absoluta

(7) - % - Frequência relativa

(8) - Desconhecido - Informação desconhecida

2.4 - Escolaridade da Mãe

Em relação a escolaridade das mães das crianças da amostra, a prevalência da desnutrição no sexo masculino variou de 10,4% no grupo com 5 a 7 anos de escolaridade a 50,0% no grupo sem genitor (Tabela XVIII) . No sexo feminino a prevalência variou de 15,9% na categoria de 5 e 7 anos de escolaridade a 50% no grupo sem genitor (Tabela XIX).

Para análise da associação foram agrupados as categorias de menos de 1 ano com 1 a 3 anos de escolaridade e de 9 a 10 anos com maior ou igual a 11 anos. Não houve significância nas diferenças observadas em ambos os sexos. Os valores de X^2 do Teste de Brandt-Snedecor são apresentados nos anexos I e II.

TABELA XVIII - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE DA MÃE (EM ANOS) DE 273 CRIANÇAS DO SEXO MASCULINO MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ESCOLARIDADE DA MÃE	E (1)		DI (2)		DII (3)		DIII (4)		TOTAL
	N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
< 1	4	66,7	2	33,3	0	0	0	0	6
1 - 3	20	80,0	4	16,0	1	4,0	0	0	25
= 4	37	75,5	12	24,5	0	0	0	0	49
5 - 7	69	89,6	7	9,1	1	1,3	0	0	77
= 8	32	86,5	5	13,5	0	0	0	0	37
9 - 10	16	84,2	3	15,8	0	0	0	0	19
> = 11	42	72,4	15	25,9	1	1,7	0	0	58
Sem genitor	1	50,0	1	50,0	0	0	0	0	2
TOTAL	221	81,0	49	17,9	3	1,1	0	0	273

(1) E - Não desnutrido

(2) DI - Desnutrição de primeiro grau

(3) DII - Desnutrição de segundo grau

(4) DIII - Desnutrição de terceiro grau

(5) N - Frequência absoluta

(6) % - Frequência relativa

TABELA XIX - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE DA MÃE (EM ANOS) DE 294 CRIANÇAS DO SEXO FEMININO MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ESCOLARIDADE DA MÃE	E (1)		DI (2)		DII (3)		DIII (4)		TOTAL
	N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
< 1	5	71,4	2	28,6	0	0	0	0	7
1 - 3	23	67,6	10	29,4	1	2,9	0	0	34
= 4	44	69,8	19	30,2	0	0	0	0	63
5 - 7	58	84,1	11	15,9	0	0	0	0	69
= 8	29	78,4	8	21,6	0	0	0	0	37
9 - 10	7	77,8	2	22,2	0	0	0	0	9
>= 11	60	82,2	13	17,8	0	0	0	0	73
Sem genitor	1	50,0	1	50,0	0	0	0	0	2
TOTAL	227	77,2	66	22,4	1	0,3	0	0	294

(1) E - Não desnutrido

(2) DI - Desnutrição de primeiro grau

(3) DII - Desnutrição de segundo grau

(4) DIII - Desnutrição de terceiro grau

(5) N - Frequência absoluta

(6) % - Frequência relativa

2.5 - Escolaridade do Pai

Quanto a escolaridade dos pais das crianças da amostra, observa-se que a maior prevalência da desnutrição, no sexo masculino, está no grupo em que os pais têm menos de 1 ano de estudo (33,4%) e a menor nos grupos de 5 a 7 anos e sem genitor. Para o sexo feminino a prevalência da desnutrição variou de 42,9% no grupo com menos de 1 ano a 17,5% no grupo com 11 ou mais anos (Tabelas XX e XXI).

Para a análise da associação entre desnutrição e escolaridade dos pais, foram agrupadas as categorias de menos de 1 ano com a de 1 a 3 anos, e a de 9 a 10 anos com a maior ou igual a 11 anos de escolaridade. As diferenças não foram estatisticamente significantes para ambos os sexos. Os valores de X^2 do Teste de Brandt-Snedecor são apresentados nos anexos I e II.

**TABELA XX - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM RELAÇÃO À
ESCOLARIDADE DO PAI (EM ANOS) DE 273 CRIANÇAS DO SEXO MASCULINO MATRICULADAS
NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993**

ESCOLARIDADE DA PAI	E (1)		DI (2)		DII (3)		DIII (4)		TOTAL
	N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
< 1	4	66,7	1	16,7	1	16,7	0	0	6
1 - 3	19	82,6	4	17,4	0	0	0	0	23
= 4	30	69,8	13	30,2	0	0	0	0	43
5 - 7	49	87,5	6	10,7	1	1,8	0	0	56
= 8	23	79,3	5	17,2	1	3,4	0	0	29
9 - 10	12	80,0	3	20,0	0	0	0	0	15
>= 11	45	78,9	12	21,1	0	0	0	0	57
sem genitor	35	87,5	5	12,5	0	0	0	0	40
Desconhecido (7)	4	100,0	0	0	0	0	0	0	4
TOTAL	221	81,0	49	17,9	3	1,1	0	0	273

(1) E - Não desnutrido

(5) N - Frequência absoluta

(2) DI - Desnutrição de primeiro grau

(6) % - Frequência relativa

(3) DII - Desnutrição de segundo grau

(7) Desconhecido - Informação desconhecida

(4) DIII - Desnutrição de terceiro grau

**TABELA XXI - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM RELAÇÃO À
ESCOLARIDADE DO PAI (EM ANOS) DE 294 CRIANÇAS DO SEXO FEMININO MATRICULADAS NAS
14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993**

ESCOLARIDADE DO PAI	E (1)		DI (2)		DII (3)		DIII (4)		TOTAL
	N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
< 1	4	57,1	3	42,9	0	0	0	0	7
1 - 3	20	80,0	5	20,0	0	0	0	0	25
= 4	34	81,0	8	19,0	0	0	0	0	42
5 - 7	46	75,4	15	24,6	0	0	0	0	61
= 8	23	79,3	6	20,7	0	0	0	0	29
9 - 10	13	72,2	5	27,8	0	0	0	0	18
>= 11	47	82,5	10	17,5	0	0	0	0	57
sem genitor	36	72,0	13	26,0	1	2,0	0	0	50
desconhecido (7)	4	80,0	1	20,0	0	0	0	0	5
TOTAL	227	77,2	66	22,4	1	0,3	0	0	294

(1) E - Não desnutrido

(4) DIII - Desnutrição de terceiro grau

(7) Desconhecido - Informação desconhecida

(2) DI - Desnutrição de primeiro grau

(5) N - Frequência absoluta

(3) DII - Desnutrição de segundo grau

(6) % - Frequência relativa

2.6 - Número de Irmãos

Na tabela XXII é apresentada a avaliação nutricional das crianças do sexo masculino com relação ao número de irmãos. Observou-se que a prevalência da desnutrição variou de 21,5% no grupo sem irmãos a 17,3% com apenas 1 irmão. Com relação ao sexo feminino a variação foi de 26,2% no grupo com dois ou mais irmãos a 21,1% no grupo de crianças que não tinham nenhum irmão (Tabela XXIII).

Para a análise da associação entre desnutrição e o número de irmãos foi necessário o agrupamento de todas as formas de desnutrição. As diferenças observadas não foram estatisticamente significantes para ambos os sexos. Os valores do X^2 do Teste de Brandt-Snedecor são apresentados nos anexos I e II.

TABELA XXII - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE IRMÃOS, DE 273 CRIANÇAS DO SEXO MASCULINO MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

NÚMERO DE IRMÃOS	E (1)		DI (2)		DII (3)		DIII (4)		TOTAL
	N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
0	91	78,4	23	19,8	2	1,7	0	0	116
1	81	82,7	16	16,3	1	1,0	0	0	98
2 ou mais	47	82,5	10	17,5	0	0	0	0	57
sem informação	2	100,0	0	0	0	0	0	0	2
TOTAL	221	81,0	49	17,9	3	1,1	0	0	273

(1) E - Não desnutrido

(2) DI - Desnutrição de primeiro grau

(3) DII - Desnutrição de segundo grau

(4) DIII - Desnutrição de terceiro grau

(5) N - Frequência absoluta

(6) % - Frequência relativa

TABELA XXIII- AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE IRMÃOS, DE 294 CRIANÇAS DO SEXO FEMININO MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

NÚMERO DE IRMÃOS	E (1)		DI (2)		DII (3)		DIII (4)		TOTAL
	N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
0	101	78,9	26	20,3	1	0,8	0	0	128
1	62	77,5	18	22,5	0	0	0	0	80
2 ou mais	62	73,8	22	26,2	0	0	0	0	84
sem informação	2	100,0	0	0	0	0	0	0	2
TOTAL	227	77,2	66	22,4	1	0,3	0	0	294

(1) E - Não desnutrido

(2) DI - Desnutrição de primeiro grau

(3) DII - Desnutrição de segundo grau

(4) DIII - Desnutrição de terceiro grau

(5) N - Frequência absoluta

(6) % - Frequência relativa

2.7 - Ordem De Nascimento

A tabela XXIV mostra a prevalência de desnutrição em relação à ordem cronológica de nascimento, para o sexo masculino, sendo 20,5% para o grupo de crianças que eram do primeiro nascimento; 19,1% para o grupo que era o terceiro ou posterior e 16,5% para as crianças que eram o segundo nascimento. Já no sexo feminino observou-se 25,0% no grupo de segundo nascimento, 23,2% no terceiro ou posterior e 21,7% no primeiro (Tabela XXV).

Para a análise da associação entre prevalência de desnutrição e ordem de nascimento foi necessário o agrupamento de todas as formas de desnutrição. As diferenças observadas não foram estatisticamente significantes em ambos os sexos. Os valores de X^2 do Teste de Brandt-Snedecor são apresentados nos anexos I e II.

TABELA XXIV - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM RELAÇÃO À ORDEM DE NASCIMENTO, DE 273 CRIANÇAS DO SEXO MASCULINO MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ORDEM DE NASCIMENTO	E (1)		DI (2)		DII (3)		DIII (4)		TOTAL
	N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
1	101	79,5	24	18,9	2	1,6	0	0	127
2	80	82,5	16	16,5	1	1,0	0	0	97
> = 3	38	80,9	9	19,1	0	0	0	0	47
FI (7)	2	100,0	0	0	0	0	0	0	2
TOTAL	221	81,0	49	17,9	3	1,1	0	0	273

(1) E - Não desnutrido

(4) DIII - Desnutrição de terceiro grau

(7) FI - Falta de informação

(2) DI - Desnutrição de primeiro grau

(5) N - Frequência absoluta

(3) DII - Desnutrição de segundo grau

(6) % - Frequência relativa

TABELA XXV - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM RELAÇÃO À ORDEM DE NASCIMENTO, DE 294 CRIANÇAS DO SEXO FEMININO MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ORDEM DE NASCIMENTO	E (1)		DI (2)		DII (3)		DIII (4)		TOTAL
	N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
1	112	78,3	30	21,0	1	0,7	0	0	143
2	60	75,0	20	25,0	0	0	0	0	80
> = 3	53	76,8	16	23,2	0	0	0	0	69
FI (7)	2	100,0	0	0	0	0	0	0	2
TOTAL	227	77,2	66	22,4	1	0,3	0	0	294

(1) E - Não desnutrido

(4) DIII - Desnutrição de terceiro grau

(7) FI - Falta de informação

(2) DI - Desnutrição de primeiro grau

(5) N - Frequência absoluta

(3) DII - Desnutrição de segundo grau

(6) % - Frequência relativa

2.8 - Peso De Nascimento

Quanto à prevalência de desnutrição com relação ao peso de nascimento, no sexo masculino foi de 44,2% no grupo entre 2.500g e 3.000g; 38,5% nos menores que 2.500g e 12,3% nos maiores que 3.000g (Tabela XXVI). Já no sexo feminino foi de 57,1% nos menores que 2.500g; 30,3% entre 2.500g a 3.000g e 15,0% nos maiores que 3.000g (Tabela XXVII).

Para a análise da associação entre a prevalência de desnutrição e o peso de nascimento foi necessário o agrupamento de todas as formas de desnutrição. As diferenças observadas foram estatisticamente significantes. Os valores de X^2 do Teste de Brandt-Snedecor são apresentados nos anexos I e II.

TABELA XXVI - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM RELAÇÃO AO PESO DE NASCIMENTO, DE 273 CRIANÇAS DO SEXO MASCULINO MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

PESO DE NASCIMENTO	E (1)		DI (2)		DII (3)		DIII (4)		TOTAL
	N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
< 2.500	8	55,8	5	38,5	0	0	0	0	13
2.500 - 3.000	24	55,8	16	37,2	3	7,0	0	0	43
> = 3.000	185	87,7	26	12,3	0	0	0	0	211
Falta Informação	4	66,7	2	33,3	0	0	0	0	6
TOTAL	221	81,0	49	17,9	3	1,1	0	0	273

(1) E - Não desnutrido

(2) DI - Desnutrição de primeiro grau

(3) DII - Desnutrição de segundo grau

(4) DIII - Desnutrição de terceiro grau

(5) N - Frequência absoluta

(6) % - Frequência relativa

TABELA XXVII - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ EM RELAÇÃO AO PESO DE NASCIMENTO, DE 294 CRIANÇAS DO SEXO FEMININO MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

PESO DE NASCIMENTO	E (1)		DI (2)		DII (3)		DIII (4)		TOTAL
	N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
< 2.500	9	42,9	12	57,1	0	0	0	0	21
2.500 - 3.000	61	68,5	27	30,3	1	1,1	0	0	89
> = 3.000	153	85,0	27	15,0	0	0	0	0	180
Falta Informação	4	100,0	0	0	0	0	0	0	4
TOTAL	227	77,2	66	22,4	1	0,3	0	0	294

(1) E - Não desnutrido

(2) DI - Desnutrição de primeiro grau

(3) DII - Desnutrição de segundo grau

(4) DIII - Desnutrição de terceiro grau

(5) N - Frequência absoluta

(6) % - Frequência relativa

3. AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELA CLASSIFICAÇÃO DE WATERLOW

Na tabela XXVIII pode-se observar que somente 3 crianças do grupo estudado foram classificadas como desnutridas, tendo sido encontrados no sexo feminino 1 caso de forma aguda e 1 de forma pregressa, já no sexo masculino encontrou-se apenas 1 caso de forma aguda. Duas crianças do sexo feminino não puderam ser classificadas pois em uma não se dispunha do peso e na outra da altura.

TABELA XXVIII - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELA CLASSIFICAÇÃO DE WATERLOW, EM RELAÇÃO AO SEXO, DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

SEXO	E (1)		DA (2)		DC (3)		DP (4)		TOTAL
	N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
M (7)	272	99,6	1	0,4	0	0	0	0	273
F (8)	291	99,3	1	0,3	0	0	1	0,3	293
TOTAL	563	99,5	2	0,3	0	0	1	0,2	566

(1) E - Eutrófico

(2) DA - Desnutrição aguda

(3) DC - Desnutrição crônica

(4) DP - Desnutrição pregressa

(5) N - Frequência absoluta

(6) % - Frequência relativa

(7) M - Sexo masculino

(8) F - Sexo feminino

3.1. - Grupo Etário

A tabela XXIX mostra a prevalência da desnutrição em relação aos grupos etários, observando-se 1 caso de desnutrição pregressa entre as crianças de 6 a 9 meses, 1 caso de desnutrição aguda entre 12 e 18 meses e o outro entre 18 e 24 meses.

TABELA XXIX - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELA CLASSIFICAÇÃO DE WATERLOW, EM RELAÇÃO AOS GRUPOS ETÁRIOS, DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

GE (1)	E (2)		DA (3)		DC (4)		DP (5)		TOTAL
	N (6)	% (7)	N	%	N	%	N	%	
0 - 6	49	100,0	0	0	0	0	0	0	49
6 - 9	38	97,4	0	0	0	0	1	2,6	39
9 - 12	57	100,0	0	0	0	0	0	0	57
12 - 18	88	98,9	1	1,1	0	0	0	0	89
18 - 24	105	99,1	1	0,9	0	0	0	0	106
24 - 30	114	100,0	0	0	0	0	0	0	114
> 30	112	100,0	0	0	0	0	0	0	112
TOTAL	563	99,5	2	0,3	0	0	1	0,2	566

(1) GE - Grupo etário em meses
 (2) E - Eutrófico
 (3) DA - Desnutrição aguda
 (4) DC - Desnutrição crônica
 (5) DP - Desnutrição pregressa
 (6) N - Frequência absoluta
 (7) % - Frequência relativa

3.2 - Renda Per Capita

A tabela XXX mostra que um caso de desnutrição aguda encontra-se no grupo de renda *per capita* entre 0,5 e 1 salário-mínimo e o outro no grupo com renda maior que 2 salários-mínimos. No único caso encontrado de desnutrição pregressa a família tinha renda *per capita* entre 1 a 2 salários.

TABELA XXX - AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL PELA CLASSIFICAÇÃO DE WATERLOW, EM RELAÇÃO À RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* (EM SALÁRIOS- MÍNIMOS), DE 566 CRIANÇAS DE 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA -SP- 1993.

RENDA <i>PER CAPITA</i>	E (1)		DA (2)		DC (3)		DP (4)		TOTAL
	N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
<= 0,25	32	100,0	0	0	0	0	0	0	32
0,25 - 0,50	79	100,0	0	0	0	0	0	0	79
0,50 - 1,00	129	99,2	1	0,8	0	0	0	0	130
1,00 - 2,00	146	99,3	0	0	0	0	1	0,7	147
> 2,00	160	99,4	1	0,6	0	0	0	0	161
Sem renda	6	100,0	0	0	0	0	0	0	6
Desconhecido	11	100,0	0	0	0	0	0	0	11
TOTAL	563	99,5	2	0,3	0	0	1	0,2	566

(1) E - Eutrófico

(2) DA - Desnutrição aguda

(3) DC - Desnutrição crônica

(4) DP - Desnutrição pregressa

(5) N - Frequência absoluta

(6) % - Frequência relativa

3.3 - Frações de Classe

Os três casos de desnutrição pertencem à categoria do proletariado propriamente dito (Tabela XXXI).

TABELA XXXI - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELA CLASSIFICAÇÃO DE WATERLOW, EM RELAÇÃO ÀS FRAÇÕES DE CLASSE SOCIAL, DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

FC (1)	E (2)		DA (3)		DC (4)		DP (5)		TOTAL
	N (6)	% (7)	N	%	N	%	N	%	
BE	6	100,0	0	0	0	0	0	0	6
BG	26	100,0	0	0	0	0	0	0	26
PB	36	100,0	0	0	0	0	0	0	36
PPD	335	99,1	2	0,6	0	0	1	0,3	338
SP	159	100,0	0	0	0	0	0	0	159
FI (8)	1	100,0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	563	99,5	2	0,3	0	0	1	0,2	566

(1) FC - Frações de classe social

BE - Burguesia empresarial

BG - Burguesia gerencial

PB - Pequena burguesia

PPD - Proletariado p. dito

SP - Subproletariado

(2) - E - Eutrófico

(3) - DA - Desnutrição Aguda

(4) - DC - Desnutrição Crônica

(5) - DP - Desnutrição Pgressa

(6) - N - Frequência Absoluta

(7) - % - Frequência Relativa

(8) - FI - Falta de Informação

3.4 - Escolaridade da Mãe

Em relação à escolaridade das mães das crianças do grupo de estudo, observou-se um caso de desnutrição aguda no grupo de 5 a 7 anos e outro no grupo de 11 ou mais, sendo que neste último também foi observado um caso de desnutrição pregressa (Tabela XXXII).

TABELA XXXII - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELA CLASSIFICAÇÃO DE WATERLOW, EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE DA MÃE (EM ANOS), DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ESCOLARIDADE MÃE		E (1)		DA (2)		DC (3)		DP (4)		TOTAL
		N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
1	< 1	13	100,0	0	0	0	0	0	0	13
	1 --- 3	59	100,0	0	0	0	0	0	0	59
	= 4	112	100,0	0	0	0	0	0	0	112
5	5 --- 7	145	99,3	1	0,7	0	0	0	0	146
	= 8	74	100,0	0	0	0	0	0	0	74
9	9 --- 10	28	100,0	0	0	0	0	0	0	28
	>= 11	128	98,4	1	0,8	0	0	1	0,8	130
Sem genitor		4	100,0	0	0	0	0	0	0	4
TOTAL		563	99,5	2	0,3	0	0	1	0,2	566

(1) E - Eutrófico

(2) DA - Desnutrição aguda

(3) DC - Desnutrição crônica

(4) DP - Desnutrição pregressa

(5) N - Frequência absoluta

(6) % - Frequência relativa

3.5 - Escolaridade do Pai

A tabela XXXIII mostra que o único caso de desnutrição pregressa encontrado está no grupo cujos pais tinham 8 anos de escolaridade, já os dois casos de desnutrição aguda estão um no grupo 5 a 7 anos e o outro no grupo com 11 ou mais anos de escolaridade.

TABELA XXXIII - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELA CLASSIFICAÇÃO DE WATERLOW, EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE DO PAI (EM ANOS), DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA
- SP, 1993

ESCOLARIDADE PAI		E (1) N (5) % (6)		DA (2) N %		DC (3) N %		DP (4) N %		TOTAL
< 1	13	100,0	0	0	0	0	0	0	0	13
1 -- 3	48	100,0	0	0	0	0	0	0	0	48
= 4	85	100,0	0	0	0	0	0	0	0	85
5 -- 7	116	99,1	1	0,9	0	0	0	0	0	117
= 8	57	98,3	0	0	0	0	1	1,7	0	58
9 -- 10	33	100,0	0	0	0	0	0	0	0	33
>= 11	112	99,1	1	0,9	0	0	0	0	0	113
Sem genitor	90	100,0	0	0	0	0	0	0	0	90
Desconhecido	9	100,0	0	0	0	0	0	0	0	9
TOTAL		563	99,5	2	0,3	0	0	1	0,2	566

(1) E - Eutrófico

(2) DA - Desnutrição aguda

(3) DC - Desnutrição crônica

(4) DP - Desnutrição pregressa

(5) N - Frequência absoluta

(6) % - Frequência relativa

3.6 - Número de Irmãos

Em relação ao número de irmãos, observa-se que o único caso de desnutrição pregressa está no grupo com 1 irmão; já os dois casos de desnutrição aguda, um pertence ao grupo sem irmão e o outro ao de 2 ou mais (Tabela XXXIV).

TABELA XXXIV - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELA CLASSIFICAÇÃO DE WATERLOW, EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE IRMÃOS, DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

NÚMERO DE IRMÃOS	E (1)		DA (2)		DC (3)		DP (4)		TOTAL
	N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
0	242	99,6	1	0,4	0	0	0	0	243
1	177	99,4	0	0	0	0	1	0,6	178
2 ou +	140	99,3	1	0,7	0	0	0	0	141
s/informação	4	100,0	0	0	0	0	0	0	4
TOTAL	563	99,5	2	0,3	0	0	1	0,2	566

(1) E - Eutrófico

(2) DA - Desnutrição aguda

(3) DC - Desnutrição crônica

(4) DP - Desnutrição pregressa

(5) N - Frequência absoluta

(6) % - Frequência relativa

3.7 - Ordem de Nascimento

A tabela XXXV mostra o único caso de desnutrição pregressa no grupo em que as crianças são do segundo nascimento. Os casos de desnutrição aguda estão um no grupo de primeiro nascimento e o outro no de terceiro nascimento ou posterior.

TABELA XXXV - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELA CLASSIFICAÇÃO DE WATERLOW, EM RELAÇÃO À ORDEM DE NASCIMENTO, DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ORDEM DE NASCI- MENTO	E (1) N (5)	% (6)	DA (2)		DC (3)		DP (4)		TOTAL
			N	%	N	%	N	%	
1	268	99,6	1	0,4	0	0	0	0	269
2	176	99,4	0	0	0	0	1	0,6	177
> = 3	115	99,1	1	0,9	0	0	0	0	116
FI (7)	4	100,0	0	0	0	0	0	0	4
TOTAL	563	99,5	2	0,3	0	0	1	0,2	566
(1) E - Eutrófico		(4) DP - Desnutrição pregressa		(7) FI - Falta de informação					
(2) DA - Desnutrição aguda		(5) N - Frequência absoluta							
(3) DC - Desnutrição crônica		(6) % - Frequência relativa							

3.8 - Peso de Nascimento

A tabela XXXVI mostra que um caso de desnutrição aguda e o de desnutrição pregressa estão no grupo com peso de nascimento entre 2.500g e 3.000g; o outro caso, de desnutrição aguda está no grupo com mais de 3.000g.

TABELA XXXVI - AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELA CLASSIFICAÇÃO DE WATERLOW, EM RELAÇÃO AO PESO DE NASCIMENTO, DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

PESO DE NASCIMENTO	E (1)		DA (2)		DC (3)		DP (4)		TOTAL
	N (5)	% (6)	N	%	N	%	N	%	
< 2.500	34	100,0	0	0	0	0	0	0	34
2.500 - 3.000	130	98,5	1	0,8	0	0	1	0,8	132
> = 3.000	389	99,7	1	0,3	0	0	0	0	390
F.I. (7)	10	100,0	0	0	0	0	0	0	10
TOTAL	563	99,5	2	0,3	0	0	1	0,2	566

(1) E - Eutrófico	(4) DP - Desnutrição pregressa
(2) DA - Desnutrição aguda	(5) N - Frequência absoluta
(3) DC - Desnutrição crônica	(6) % - Frequência relativa

4. DISTRIBUIÇÃO PERCENTILAR

4.1 - Análise da distribuição dos percentis do Indicador Altura/Idade (A/I)

4.1.1 - Grupos Etários

A mediana dos percentis observados de A/I variou de 31 no grupo de 6 a 9 meses a 58,6 no grupo de 24 a 30 meses, havendo uma tendência de aumento que se torna muito nítida no grupo de maiores que 24 meses (Figura 1). As diferenças observadas entre as distribuições são estatisticamente significantes nos grupos com menos de 24 meses e os de mais que 24 meses (Anexo III).

Os valores referentes a média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo VI.

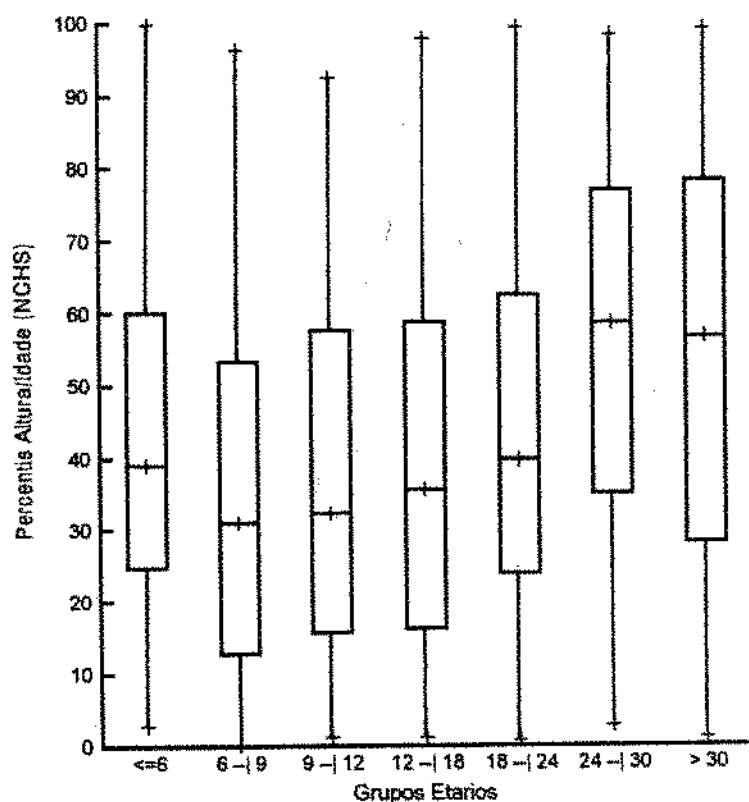


Figura 1 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador A/I em relação aos grupos etários em meses.

4.1.2 - Renda Familiar *Per Capita*

O grupo das crianças sem renda apresentou a maior mediana dos percentis observados de A/I (77,7); sendo que nas demais categorias variou de 31,3 no grupo com 0,25 salário-mínimo ou menos a 48,7 no grupo de 1 a 2 (Figura 2). As diferenças observadas nas distribuições dos grupos não são estatisticamente significantes (Anexo III).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo VII.

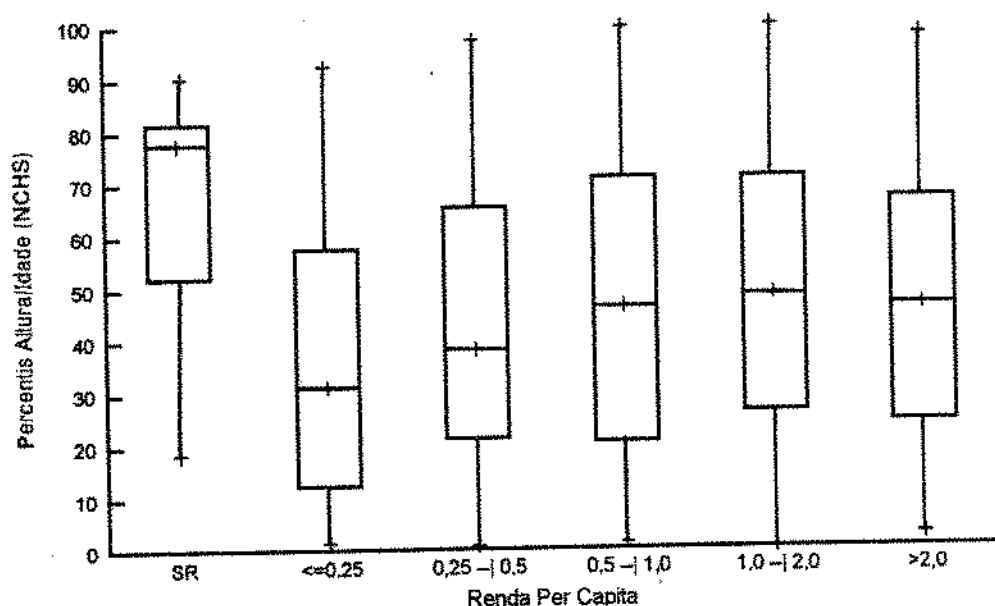


Figura 2 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador A/I em relação aos grupos de renda familiar *per capita* em salários-mínimos.

4.1.3 - Frações De Classe Social

Na figura 3 observa-se que a mediana dos percentis observados de A/I variou de 38,0 no subproletariado a 56,3 na burguesia gerencial, sendo que as diferenças observadas nas distribuições não são estatisticamente significantes (Anexo III).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo VIII.

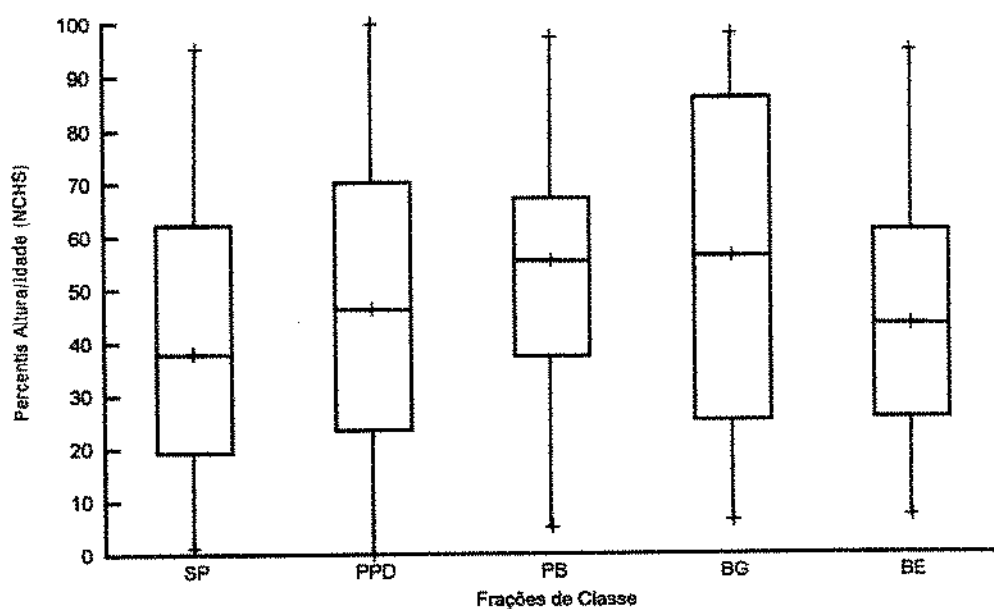


Figura 3 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador A/I em relação às frações de classe social (SP - subproletariado; PPD - proletariado propriamente dito; PB - pequena burguesia; BG - burguesia gerencial; BE - burguesia empresarial)

4.1.4 - Escolaridade da Mãe

Quanto à escolaridade da mãe, houve um aumento da mediana dos percentis observados de A/I nos grupos com mais de 4 anos em relação aos de menos de 4 anos (Figura 4). As diferenças observadas nas distribuições são estatisticamente significantes (Anexo III).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo IX.

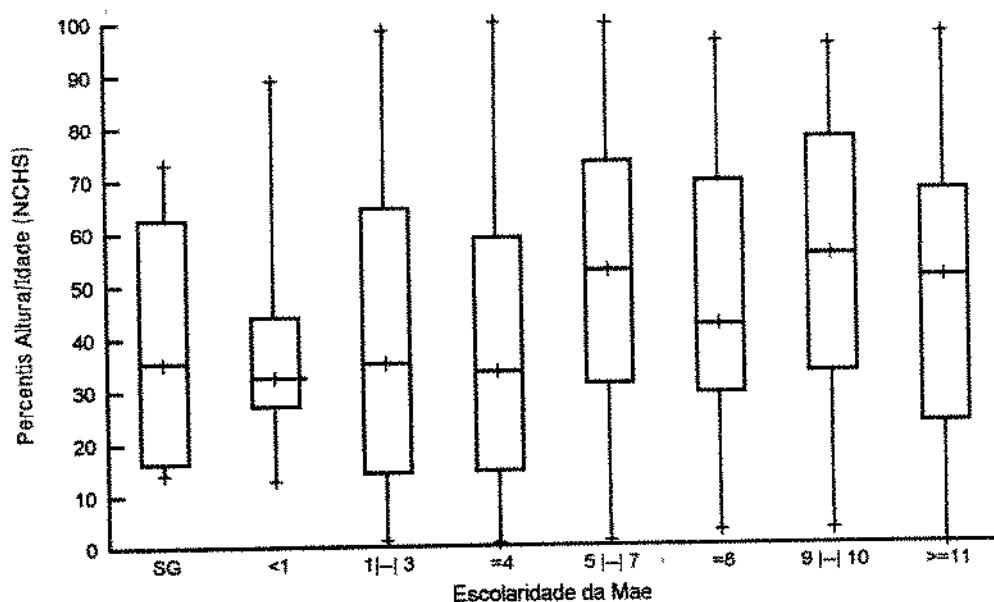


Figura 4 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador A/I em relação à escolaridade da mãe em anos.

4.1.5 - Escolaridade do Pai

A mediana dos percentis observados de A/I variou de 32,6 no grupo com menos de 1 ano a 52,5 no grupo com 11 anos ou mais (Figura 5). As diferenças observadas nas distribuições não são estatisticamente significantes (Anexo III).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo X.

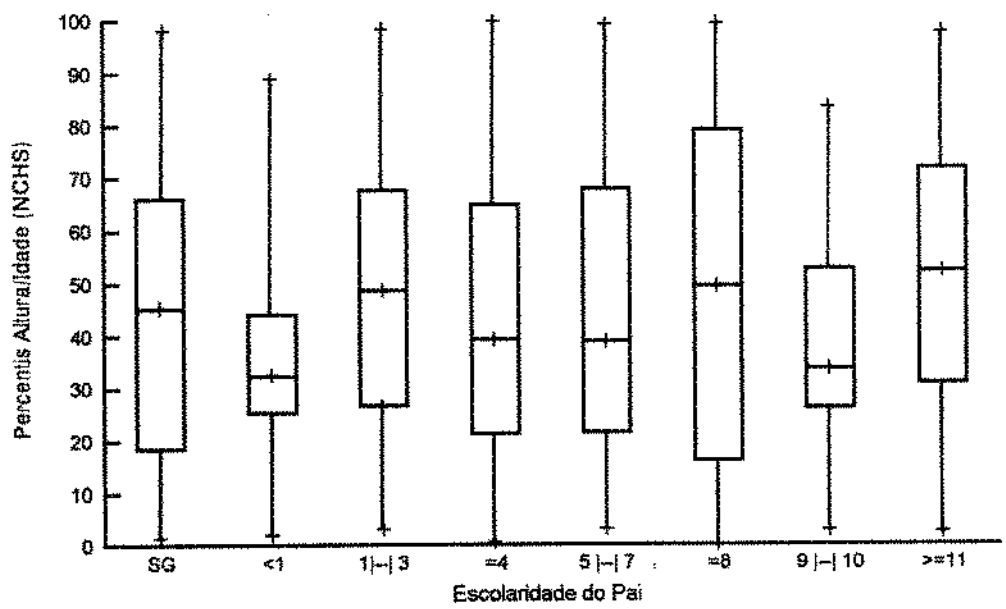


Figura 5 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador A/I em relação à escolaridade do pai em anos.

4.1.6 - Número de irmãos

Quanto ao de número de irmãos, a mediana dos percentis de A/I observados variou de 49,1 para o grupo sem irmão a 39,6 para o grupo com 1 irmão (Figura 6). As diferenças observadas não são estatisticamente significantes (Anexo III).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo XI.

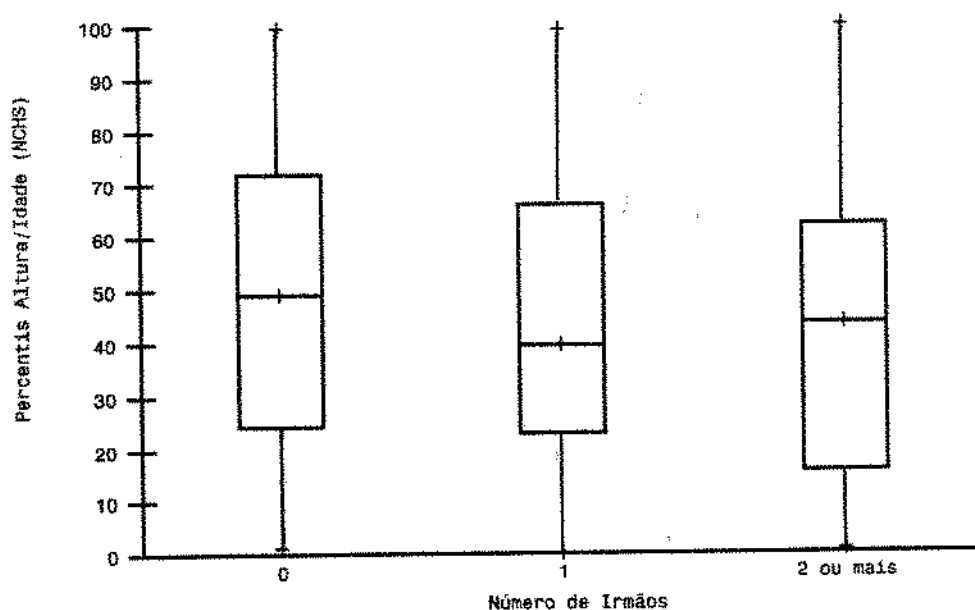


Figura 6 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador A/I em relação ao número de irmãos.

4.1.7 - Ordem de Nascimento

Com relação à ordem de nascimento, a mediana dos percentis de A/I observados variou de 38,3 no grupo de terceiro nascimento ou posterior a 49,1 no grupo de primeiro nascimento (Figura 7). As diferenças observadas não são estatisticamente significantes (Anexo III).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo XII.

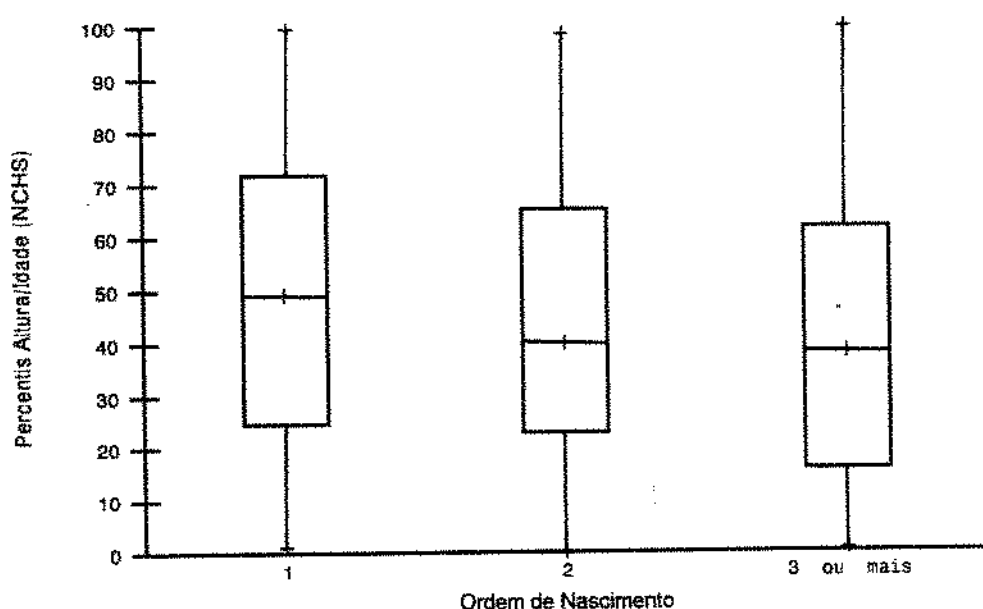


Figura 7 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador A/I em relação à ordem de nascimento.

4.1.8 - Peso de Nascimento

Com relação ao peso de nascimento, a mediana dos percentis de *A/I* observados variou de 28,7 para o grupo com menos de 2.500g a 48,6 para o grupo com 3.000g ou mais (Figura 8). As diferenças observadas são estatisticamente significantes (Anexo III).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no anexo XIII.

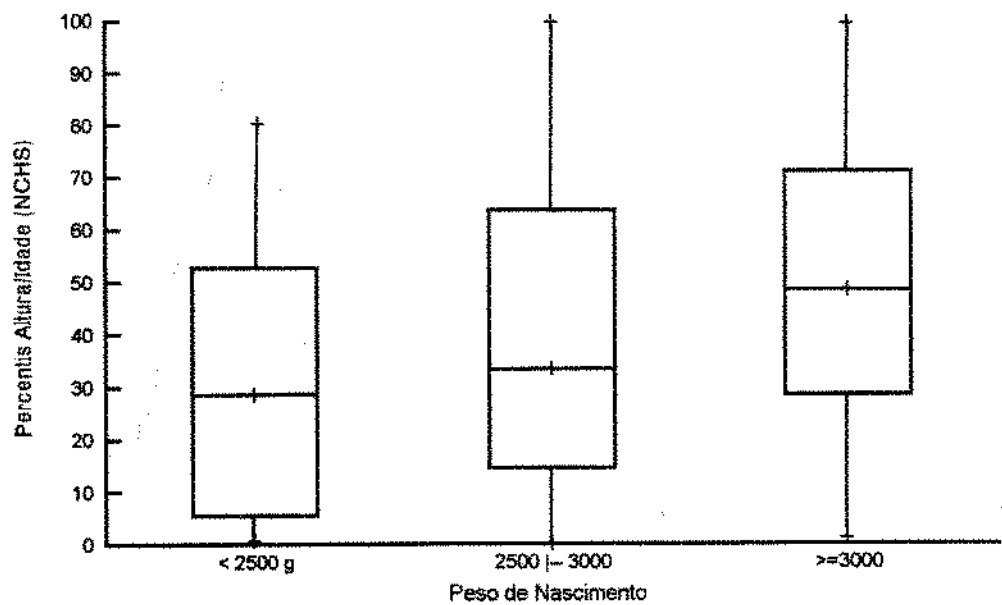


Figura 8 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador *A/I* em relação ao peso de nascimento.

4.2 - Análise da Distribuição dos Percentis do Indicador Peso/Idade (P/I)

4.2.1 - Grupos Etários

Na figura 9 pode-se observar que a mediana dos percentis observados de P/I variou de 41,2 no grupo entre 12 e 18 meses a 48,1 nos menores que 6 meses. As diferenças observadas nas distribuições não foram estatisticamente significantes (Anexo IV). Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo XIV.

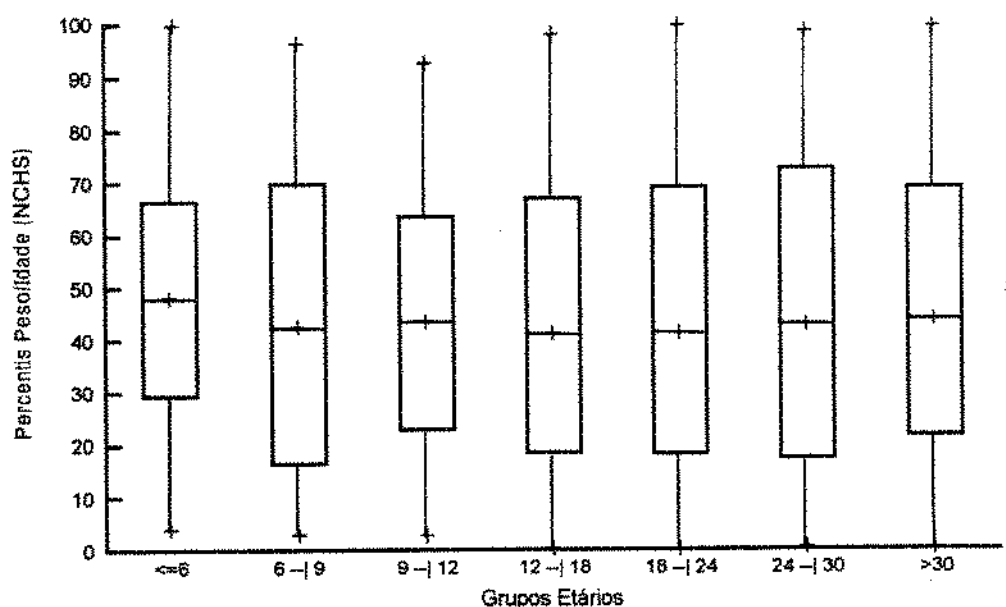


Figura 9 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/I em relação aos grupos etários em meses.

4.2.2 - Renda Familiar *Per Capita*

Com relação à renda familiar *per capita*, a mediana dos percentis observados de P/I variou de 36,4 no grupo entre 0,25 e 0,50 até 60,5 no grupo sem renda (Figura 10). As diferenças observadas não são estatisticamente significantes (Anexo IV).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo XV.

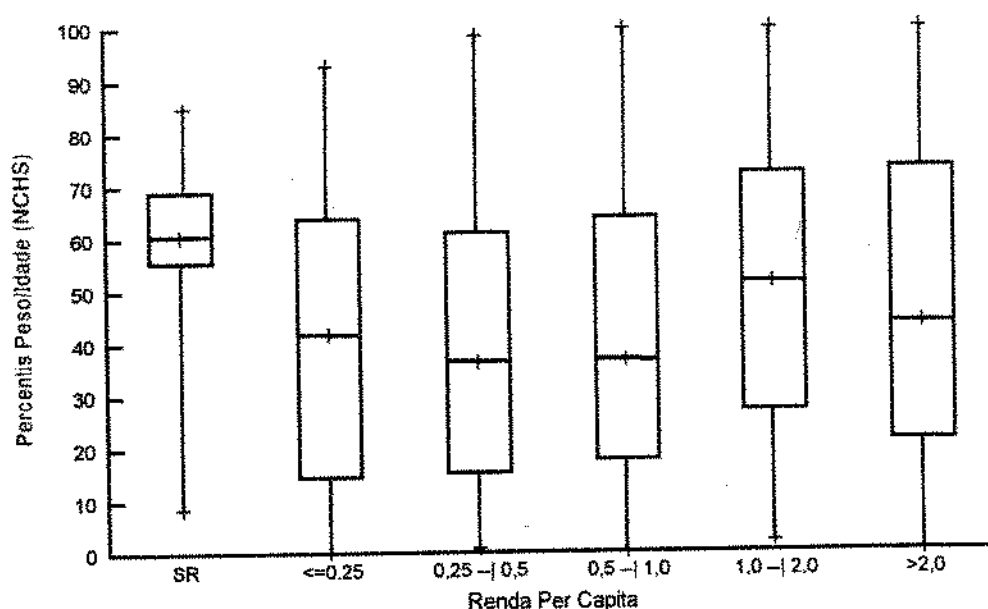


Figura 10 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/I em relação aos grupos de renda *per capita* em salários-mínimos.

4.2.3 - Frações De Classe Social

A mediana dos percentis observados de P/I em relação à fração de classe social variou de 37,4 no subproletariado a 57,1 na pequena burguesia (Figura 11). As diferenças encontradas não são estatisticamente significantes (Anexo IV).

Os valores referentes à média, desvio-padrão e percentis 25, 50 e 75 são mostrados no Anexo XVI.

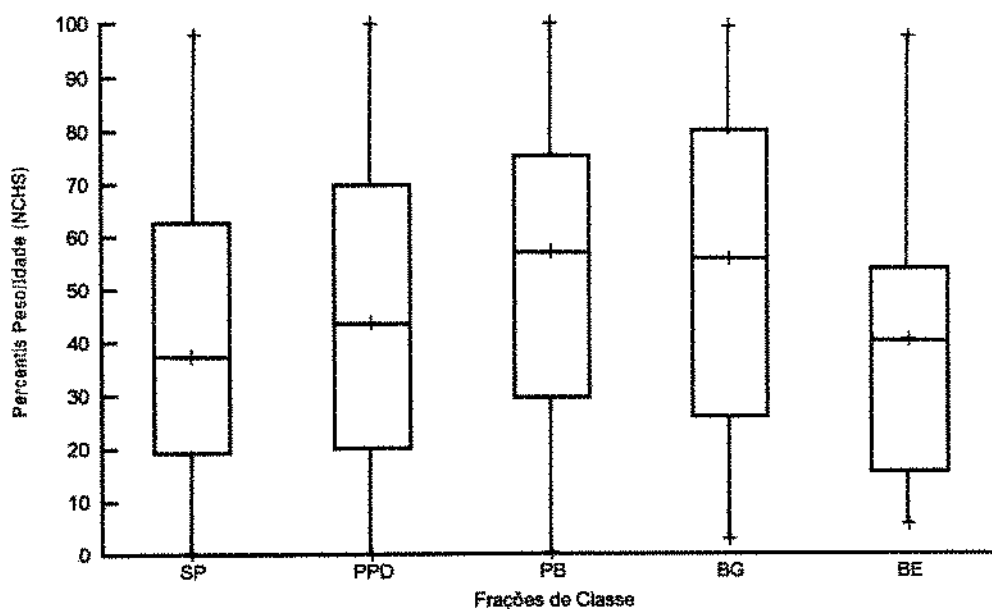


Figura 11 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/I em relação às frações de classe social (SP - subproletariado; PPD - proletariado propriamente dito; PB - pequena burguesia; BG - burguesia gerencial; BE - burguesia empresarial)

4.2.4 - Escolaridade da Mãe

Quanto à escolaridade da mãe, a mediana dos percentis observados de P/I variou de 32,5 no grupo entre 1 a 3 anos a 64,4 no de 9 a 10 anos, havendo um nítido aumento nos de mais de 4 anos em relação aos de 4 anos ou menos (Figura 12). As diferenças encontradas nas distribuições são estatisticamente significantes (Anexo IV).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo XVII.

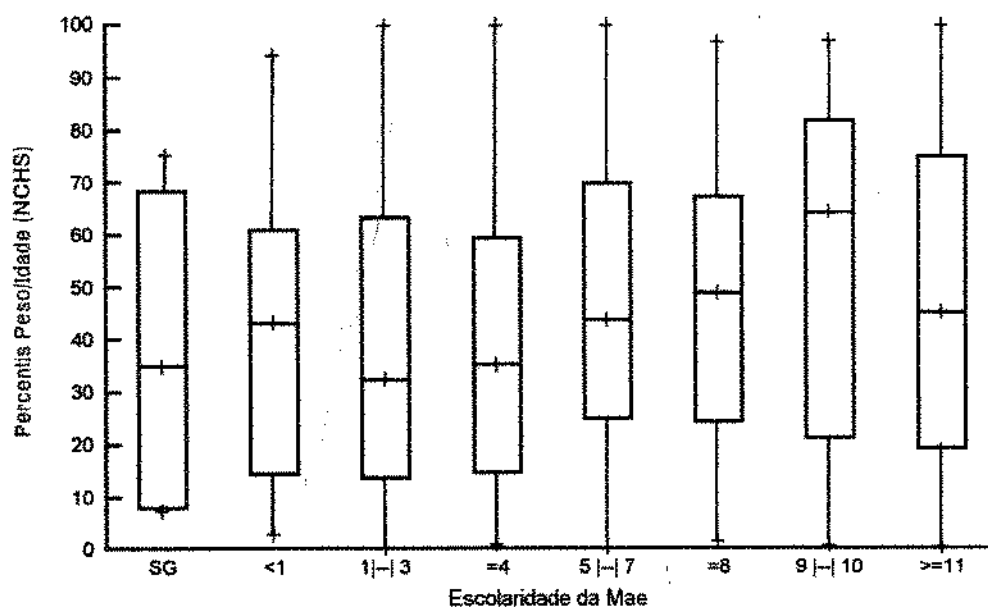


Figura 12 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/I em relação à escolaridade da mãe em anos.

4.2.5 - Escolaridade do Pai

Na figura 13 observa-se que a mediana dos percentis de P/I observados variou de 34,9 no grupo com escolaridade entre 9 e 10 anos a 55,5 no grupo com 11 anos ou mais. As diferenças entre as distribuições não são estatisticamente significantes (Anexo IV).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são mostrados no Anexo XVIII.

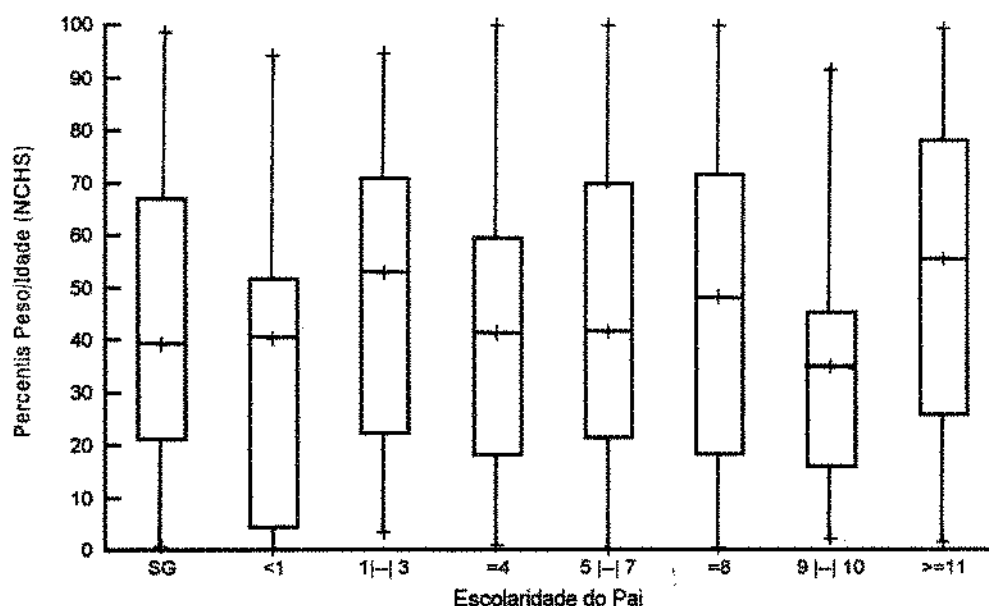


Figura 13 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/I em relação à escolaridade do pai em anos.

4.2.6 - Número de Irmãos

Na figura 14 pode-se observar que a mediana dos percentis de P/I observados variou de 38,0 no grupo com 2 ou mais irmãos a 49,9 no grupo sem irmão. As diferenças encontradas entre as distribuições não foram estatisticamente significantes (Anexo IV). Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo XIX.

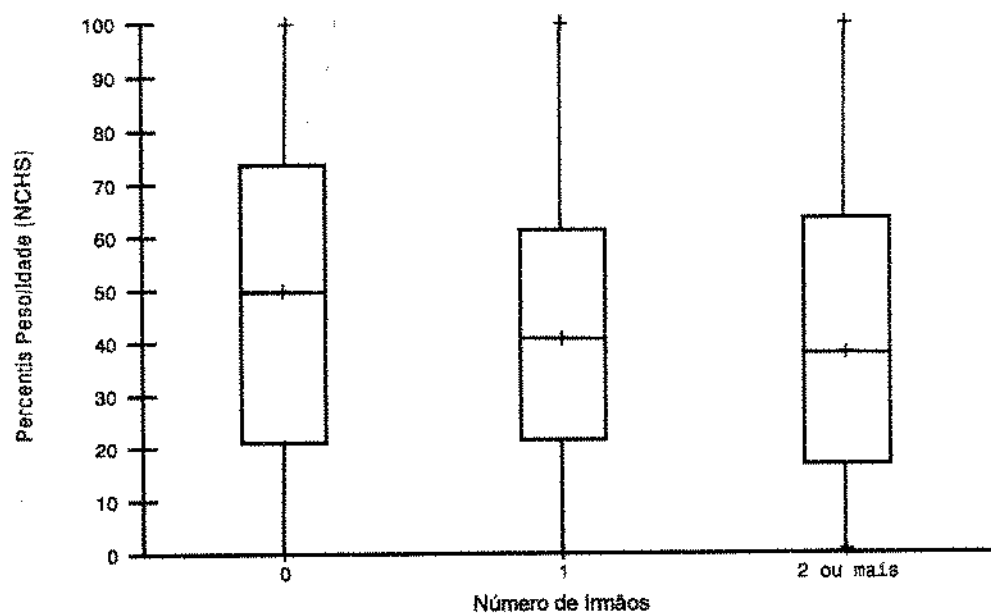


Figura 14 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/I em relação ao número de irmãos.

4.2.7 - Ordem de Nascimento

Com relação à ordem de nascimento, a figura 15 mostra que a mediana dos percentis observados de P/I variou de 37,8 no grupo cujas crianças eram provenientes do terceiro nascimento ou posteriores a 49,5 no grupo de primeiro nascimento. As diferenças observadas não são estatisticamente significantes (Anexo IV).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo XX.

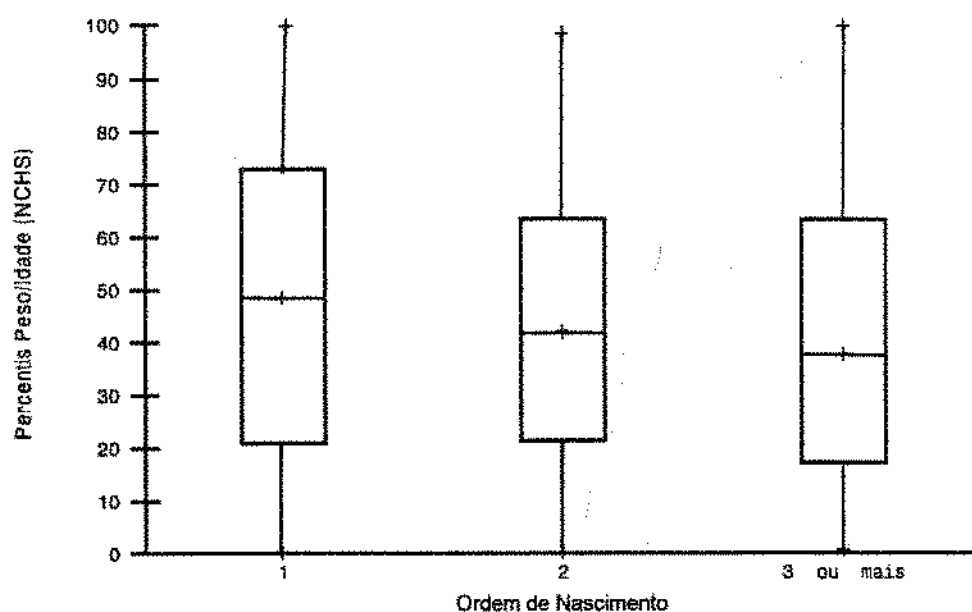


Figura 15 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/I em relação à ordem de nascimento.

4.2.8 - Peso de Nascimento

Em relação ao peso de nascimento, observou-se que a mediana dos percentis observados de P/I variou de 17,3 no grupo com menos de 2.500g a 51,0 no grupo com 3.000g ou mais (Figura 16). As diferenças observadas são estatisticamente significantes (Anexo IV).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 estão no Anexo XXI

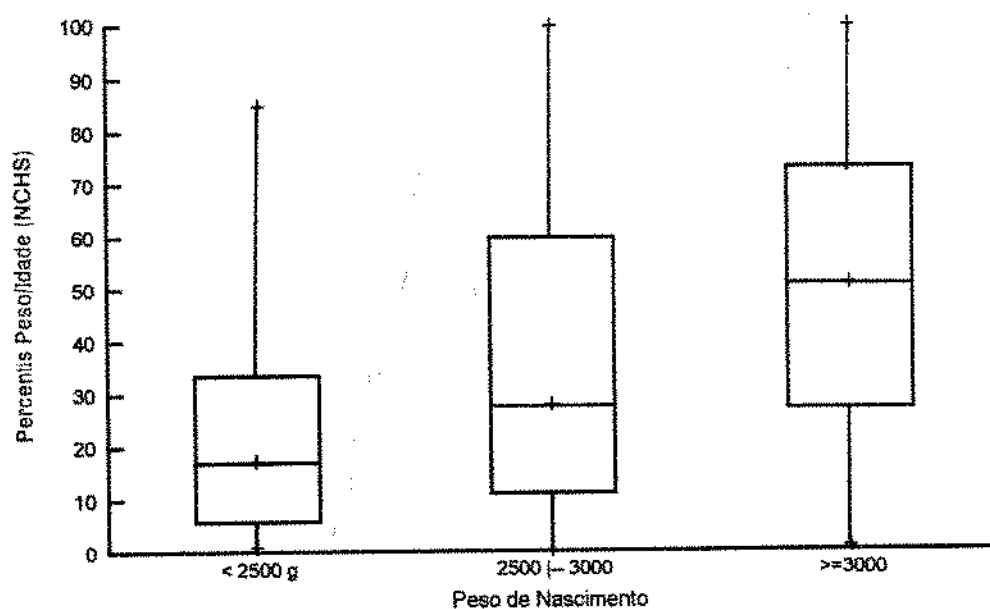


Figura 16 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/I em relação ao peso de nascimento.

4.3 - Análise da distribuição dos percentis do indicador Peso/Altura (P/A)

4.3.1 - Grupo Etário

A mediana dos percentis de P/A observados variou de 42,7 no grupo entre 24 e 30 meses a 66,3 no grupo entre 6 e 9 meses, havendo uma tendência de diminuição a partir de 12 meses (Figura 17). As diferenças observadas nas distribuições são estatisticamente significantes (Anexo V).

Os valores da média, desvio-padrão, percentil 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo XXII.

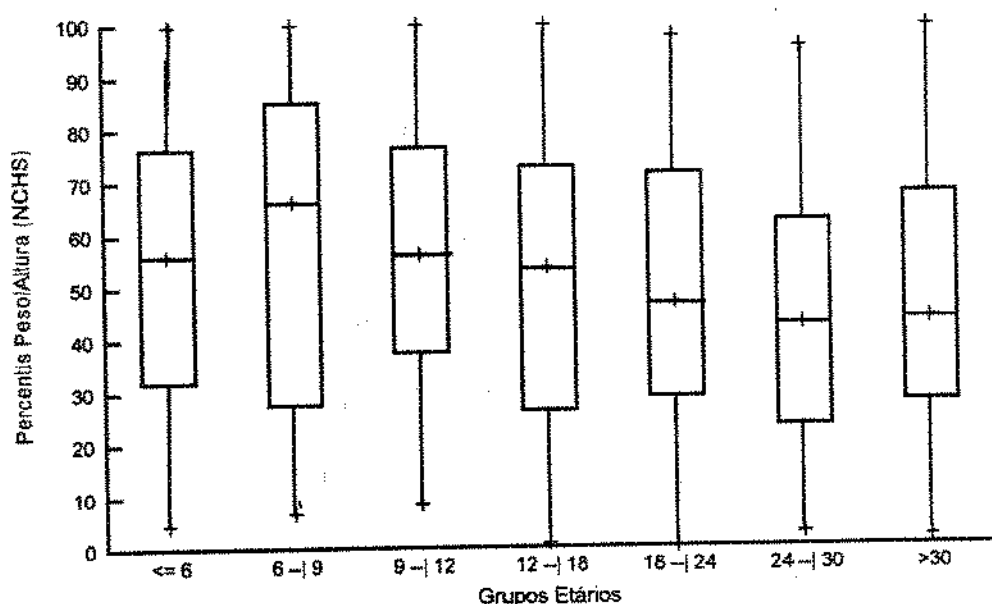


Figura 17 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/A em relação aos grupos etários em meses.

4.3.2 - Renda Familiar *Per Capita*

A mediana dos percentis observados de P/A variou de 41,7 no grupo entre 0,5 e 1,0 salário-mínimo a 56,3 no grupo de 1,0 a 2,0 salários-mínimos (Figura 18). As diferenças observadas nas distribuições não são estatisticamente significantes (Anexo V).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são mostrados no Anexo XXIII.

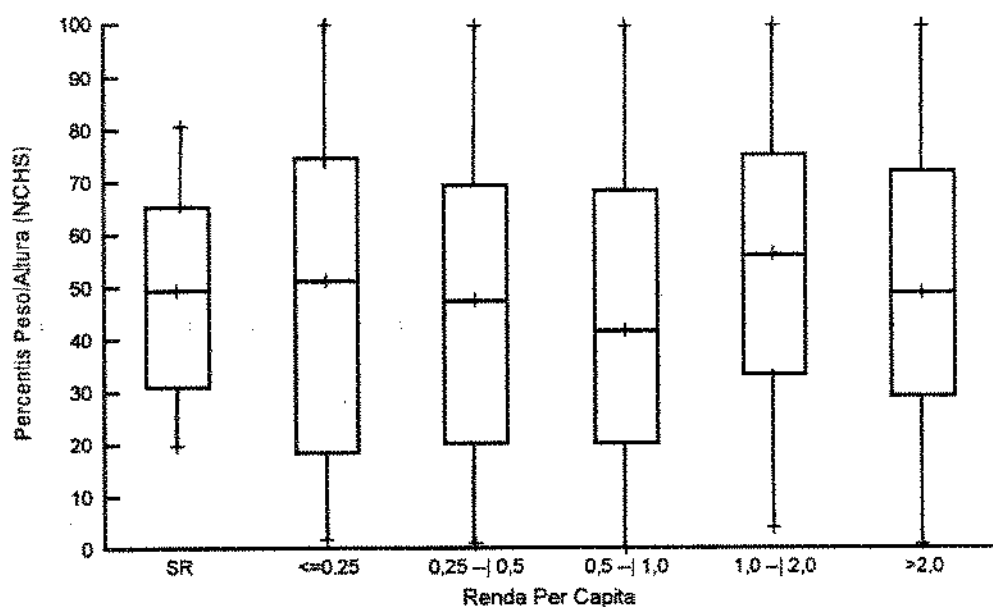


Figura 18 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/A em relação aos grupos de renda *per capita* em salários-mínimos.

4.3.3 - Frações De Classe Social

A figura 19 mostra que a mediana dos percentis observados de P/A variou de 35,2 no grupo da burguesia empresarial a 52,2 no grupo da pequena burguesia (Figura 19). As diferenças observadas não são estatisticamente significantes (Anexo V). Os valores da média, desvio-padrão e percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo XXIV.

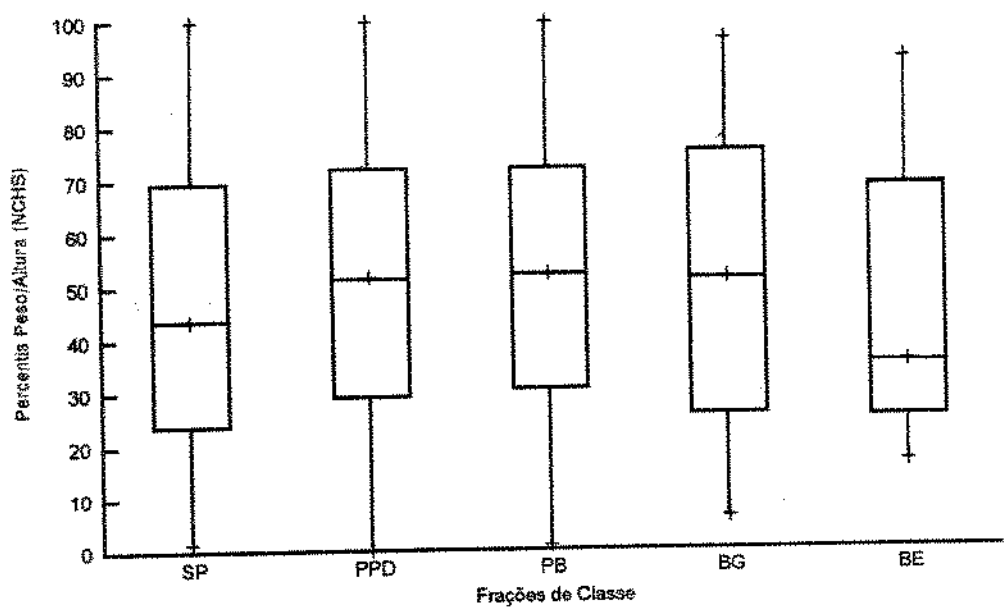


Figura 19 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/A em relação às frações de classe social (SP - subproletariado; PPD - proletariado propriamente dito; PB - pequena burguesia; BG - burguesia gerencial; BE - burguesia empresarial)

4.3.4 - Escolaridade da Mãe

A figura 20 mostra que a mediana dos percentis de P/A observados variou de 41,4 no grupo com 4 anos a 63,4 no grupo com menos de 1 ano de escolaridade. As diferenças encontradas entre os grupos não são estatisticamente significantes (Anexo V).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo XXV.

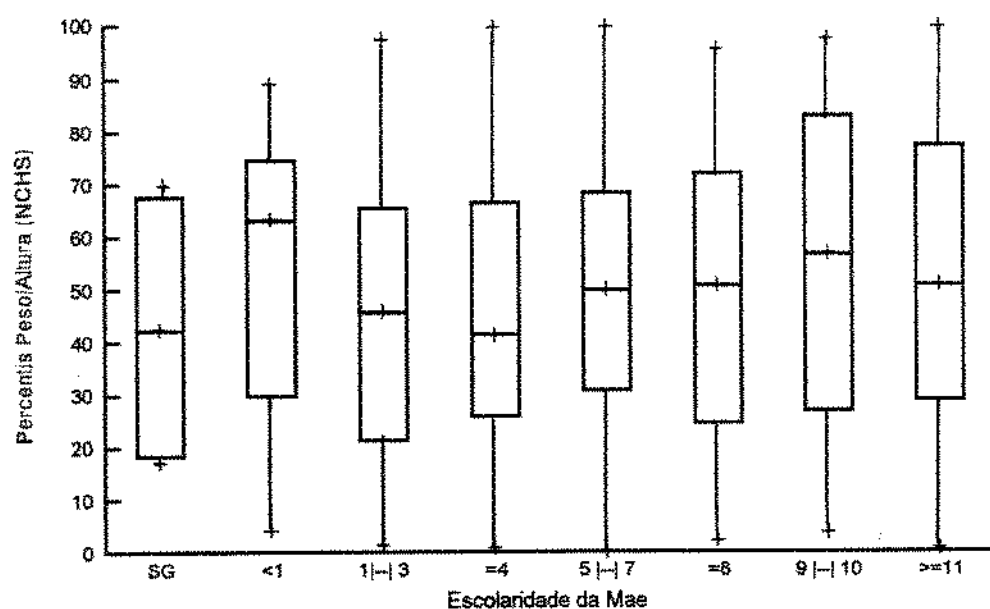


Figura 20 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/A em relação à escolaridade da mãe em anos.

4.3.5 - Escolaridade do Pai

Com relação à escolaridade do pai, a mediana dos percentis de P/A observados variou de 31,8 no grupo de menos de 1 ano a 52,1 no grupo entre 5 a 7 anos (Figura 21). As diferenças observadas não são estatisticamente significantes (Anexo V).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo XXVI.

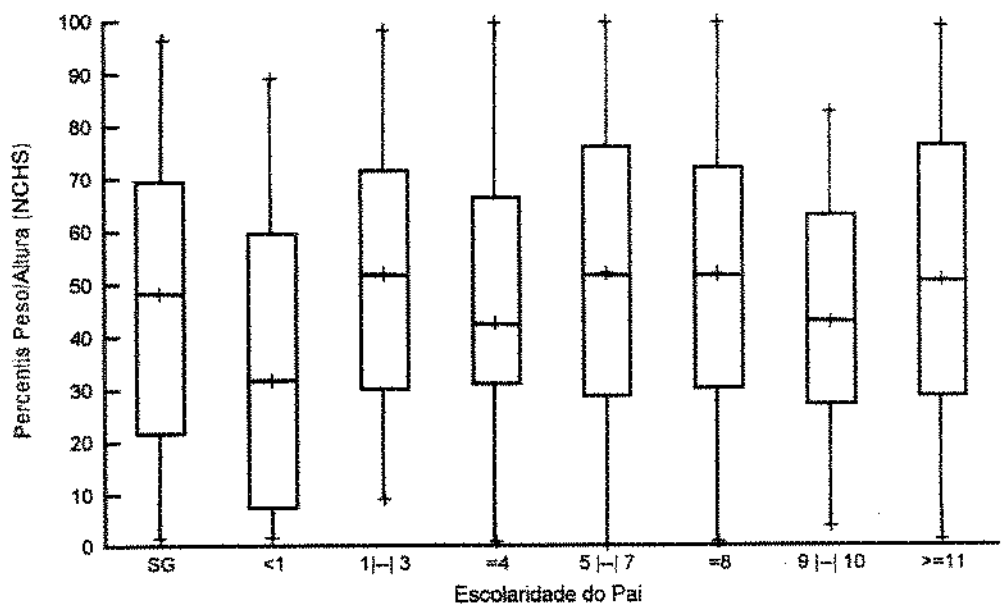


Figura 21 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/A em relação à escolaridade do pai em anos.

4.3.6 - Número de irmãos

Com relação ao número de irmãos, a mediana dos percentis observados de P/A variou de 43,4 no grupo com 2 ou mais irmãos a 53,5 para o grupo sem irmão (Figura 22). As diferenças observadas nas distribuições não são estatisticamente significantes (Anexo V).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo XXVII.

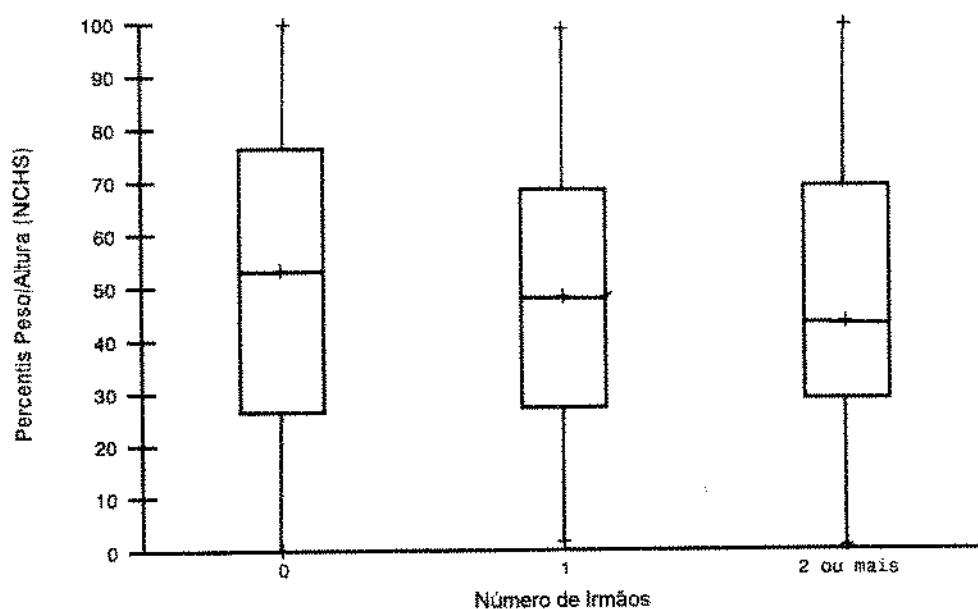


Figura 22 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/A em relação ao número dos irmãos.

4.3.7 - Ordem de Nascimento

A mediana dos percentis observados de P/A variou de 43,8 para o grupo em que era o terceiro nascimento ou posterior a 50,9 para o grupo em que era o primeiro nascimento (Figura 23). As diferenças observadas nas distribuições não são estatisticamente significantes (Anexo V).

Os valores da média, desvio-padrão, percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo XXVIII.

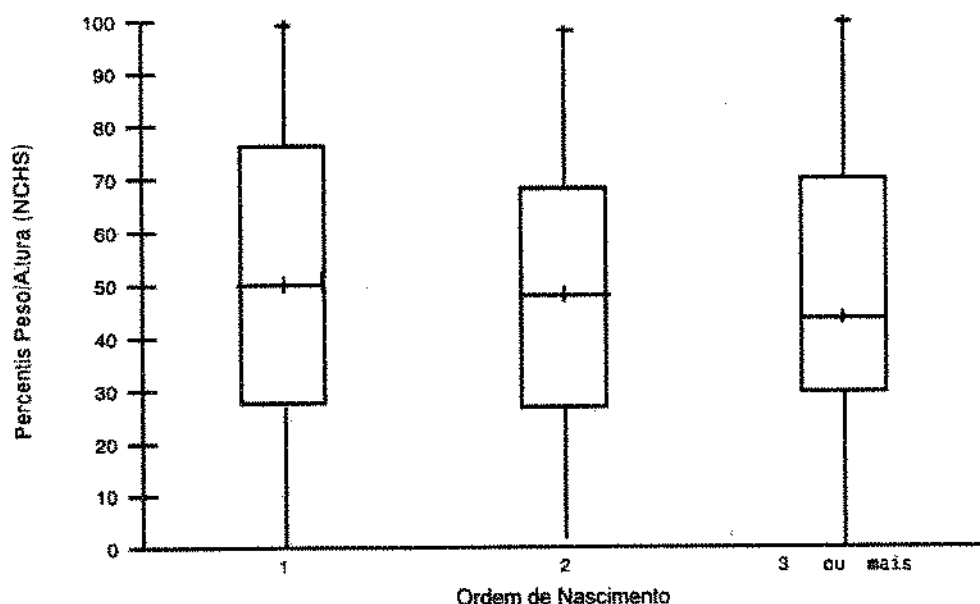


Figura 23 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/A em relação à ordem de nascimento.

4.3.8 - Peso de Nascimento

Quanto ao peso de nascimento, a mediana dos percentis de P/A observados variou de 30,4 para o grupo com menos de 2.500g a 53,6 para os com 3.000g ou mais (Figura 24). As diferenças observadas são estatisticamente significantes (Anexo V). Os valores da média, desvio-padrão e percentis 25, 50 e 75 são apresentados no Anexo XXIX.

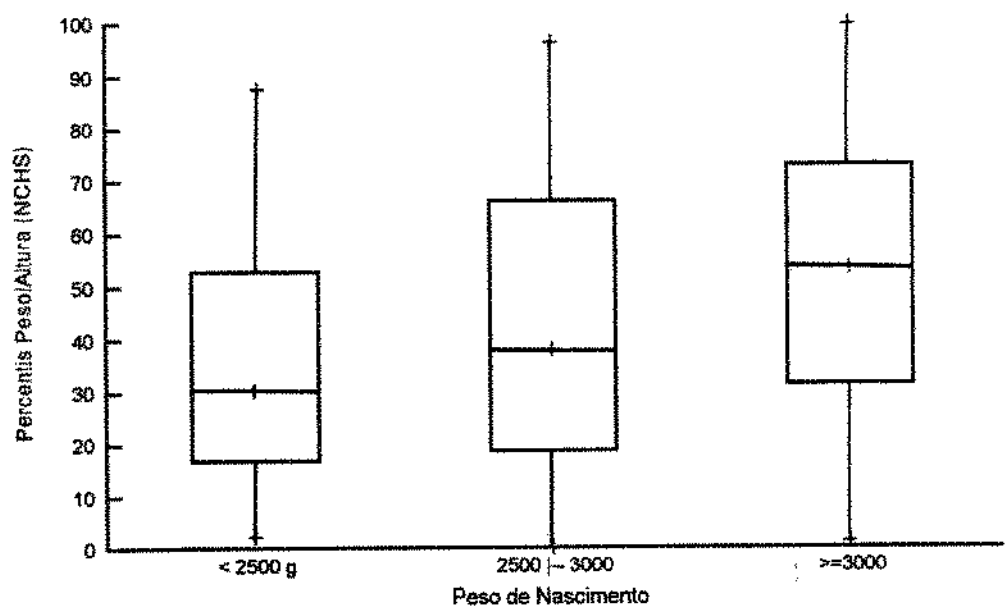


Figura 24 - Gráfico de *Box-Plot* representando a distribuição dos percentis observados do indicador P/A em relação ao peso de nascimento.

DISCUSSÃO

O presente estudo foi desenvolvido no município de Paulínia, estado de São Paulo, situado a 18 Km de Campinas, um dos pólos industriais mais produtivos do país.

Paulínia atingiu sua emancipação política em 1964, sendo até então um distrito agrícola de Campinas. A transformação de uma economia essencialmente agrícola para industrializada se deu com a instalação da Refinaria do Planalto (REPLAN) em 1972, iniciando-se o processo de industrialização do município. A cidade tornou-se um pólo petroquímico diversificado, respondendo com taxa de urbanização crescente, reestruturando seu espaço urbano (SEMEGHINI & NEVES, 1985). O saneamento básico vem sendo ampliado, sendo que hoje 98% do município tem água encanada e 78% rede de esgoto (SABESP, 1994).

Segundo o IBGE (1992), em 1991, a população era de 36.626 habitantes, com 87,72% em zona urbana (IBGE, 1992). Apesar de sua urbanização crescente, o município ainda tem 380 propriedades agrícolas, onde se desenvolvem, principalmente a cultura da cana-de-açúcar e a produção avícola de corte (PMP, 1994).

Em 1971, a Prefeitura Municipal, a Secretaria Estadual de Saúde e a UNICAMP assinaram um convênio que foi o embrião do atual modelo público de saúde do município, que atualmente conta com quatro centros de saúde, um hospital municipal, um pronto-socorro municipal, um centro odontológico e um Centro Especial de Treinamento Municipal. Possui ainda um hospital de caráter privado (MARQUES, 1976; PMP, 1994).

Na área da educação houve um crescimento significativo nos últimos 15 anos. Atualmente há uma escola profissionalizante; uma escola municipal de ensino supletivo de 1º e 2º graus; treze escolas estaduais de 1º grau e três de 2º grau; uma escola municipal de ensino fundamental; onze escolas de educação infantil e quatorze creches municipais (PMP, 1994).

A análise dos dados de mortalidade da população indica um perfil em que predominam as doenças crônico-degenerativas e as mortes não naturais, de modo similar ao que ocorre em regiões industrializadas e urbanizadas. A curva de

mortalidade proporcional (ANEXO XXXII) mostra uma diminuição de óbitos em crianças e adolescentes e um aumento em maiores que 50 anos, o que reflete uma melhora da sobrevivência da população do município (LAURENTI, MELLO, JORGE, LEBRÃO & GOTLIEB, 1987; CSEP, 1994). Em 1993 o coeficiente de mortalidade infantil por mil habitantes foi 15,8, mantendo a tendência de diminuição observada a partir de 1973 no município (ANEXO XXXIII) e a partir de 1979 no país (MONTEIRO, 1988a; CENEPI, 1992; SZWARCOWALD *et al.*, 1992).

As crianças da população de estudo apresentam características que refletem o perfil do município, ou seja, uma cidade pequena, com processo de industrialização rápido e crescente, dentro de um país com projetos de políticas sociais, distribuição de renda e uma economia equivocados, que tem como produto final a desigualdade social.

A análise da renda familiar *per capita* mostrou que aproximadamente 42% destas crianças vivem com renda inferior a 1,0 salário-mínimo *per capita*, destas cerca de 20% vivem com renda inferior a 0,5 salário-mínimo *per capita*, aquela que define a linha de pobreza, sendo que 5% estão em situação de pobreza absoluta, ou seja, renda inferior a 0,25 salário-mínimo *per capita* (INAN, 1990a). Esta distribuição é semelhante a observada em estudo realizado em Botucatu (SP) há 10 anos, onde aproximadamente 57% das crianças menores que 2 anos pertenciam a famílias que recebiam menos que 1 salário-mínimo *per capita* (OLIVEIRA, 1989) e melhor do que a encontrada no censo de 1991 (ANEXO XXX), no qual se observa que a renda média familiar *per capita* do município se distribui de forma semelhante no Estado de São Paulo e Macro Região de Campinas, ou seja, aproximadamente 65% dos moradores vivem com menos de 1 salário-mínimo *per capita* (IBGE, 1994).

A fração de classe predominante foi o proletariado propriamente dito, confirmando uma das características da cidade nas duas últimas décadas: grande crescimento populacional, basicamente da camada operária, respondendo às necessidades de mão-de-obra das indústrias em instalação no município (SEMEGHINI & NEVES, 1985).

Com relação à escolaridade dos pais, observou-se que as mães têm um grau de escolaridade superior ao encontrado em levantamentos realizados na cidade de São Paulo (MONTEIRO, 1988b); em Botucatu, onde 40% das mães tinham 4 anos ou menos de escolaridade (OLIVEIRA, 1989); no Brasil, Regiões Sudeste e Nordeste (IBGE, 1989) e no município de Paulínia (ZANOLLI, 1992).

Observaram-se as mesmas diferenças com relação aos pais. Considerando-se 4 anos como grau de escolaridade mínima para uma alfabetização permanente e duradoura, (IBGE, 1989) vê-se que 86,6% das mães e 74,9% dos pais atingiram este objetivo, diferentemente do restante do país.

Com relação ao peso de nascimento, um indicador de qualidade de vida, nota-se que apenas 6% da população estudada nasceu com baixo peso, de maneira semelhante ao que ocorre em países desenvolvidos (BENÍCIO, MONTEIRO, SOUZA, CASTILHO & LAMONICA, 1985; PUFFER & SERRANO, 1988) e diferentemente da situação no Brasil onde a prevalência encontrada por NÓBREGA (1989) variou de 7,5% a 9,8%, dependendo da região observada. OLIVEIRA (1989) encontrou 10% de baixo peso na população do município de Botucatu e dados do ERSA-27 (1992, 1993) mostram que a prevalência variou de 9,1% a 9,9% para a Macro Região de Campinas e Município de Campinas (ANEXO XXXI). Deve ser ressaltado que 95,6% das crianças são provenientes de gestações com no mínimo uma consulta de pré-natal e 86% têm mães cuja escolaridade é igual ou maior que 4 anos. A associação entre ausência de pré-natal e escolaridade inferior ao ginásio completo já foi identificada como fator de risco para baixo peso ao nascer (BENÍCIO *et al.*, 1985).

Quanto ao número de filhos, somente 25% das mães tinham 3 ou mais filhos, refletindo a tendência nacional de diminuição das taxas de fecundidade observada a partir da segunda metade da década de 70 (IBGE/UNICEF, 1988; TAVARES & MONTEIRO, 1994).

A industrialização no município e a situação econômica do país foram os grandes responsáveis pelo aumento da força de trabalho relacionada com a mão-de-obra feminina, de forma similar ao que ocorreu no município de Botucatu (OLIVEIRA, 1989). O poder municipal respondeu a esse processo com a criação de serviços educacionais que se responsabilizam pelos filhos das mulheres trabalhadoras (SEMEGHINI & NEVES, 1985; MACCHIAVERNI, ANTONIO & PAZZETI, 1990).

As crianças institucionalizadas em creches ou orfanatos são consideradas de risco, pois a faixa etária à qual pertencem e a maior exposição a agentes infecciosos facilitam o desenvolvimento de um maior número de doenças infecto-contagiosas (GIINSBURG *et al.*, 1977; JACOBSON *et al.*, 1977; PICKERING *et al.*, 1981; WALD *et al.*, 1988; COLLET *et al.*, 1991; WALD *et al.*, 1991a; WALD *et al.*, 1991b).

Estudos têm demonstrado como os processos mórbidos interferem no processo de crescimento. Este fato fica muito evidente quando se trata de processos crônicos. Nos quadros agudos pode ocorrer uma parada temporária com posterior recuperação, desde que as condições ambientais, nutricionais e sócio-econômicas sejam favoráveis (MATA *et al.*, 1971; VITERI, 1972; GARCIA-TAMAYO, 1982; MATA, 1985; MATA, 1988).

A prevalência de desnutrição, segundo o critério de Gomez, na população estudada foi menor quando comparada com outros levantamentos realizados no país. Em Botucatu foi encontrado o índice de 24,4% de crianças desnutridas na faixa etária de 0 a 23 meses (OLIVEIRA, 1989), já os dados da PNSN mostram uma prevalência de desnutrição próxima de 31% para o Brasil, sendo que ocorrem diferenças significativas de região para região (INAN, 1990a).

A identificação de um grupo de risco em relação à desnutrição foi possível através da variável peso de nascimento, onde as crianças com menos de 3.000g apresentaram uma prevalência de desnutrição cerca de 2,5 vezes maior. O peso de nascimento tem sido objeto de vários estudos, sendo que sua associação com condições gestacionais da mãe e de vida da família já foi identificada (BENÍCIO *et al.*, 1985; OLIVEIRA, 1989).

A avaliação nutricional pela classificação de Waterlow mostrou apenas 2 crianças com desnutrição aguda e 1 com desnutrição pregressa, sendo portanto 99,5% classificadas como eutróficas. Tais resultados mostram uma prevalência de desnutrição muito inferior à do Brasil e à da Região Sudeste (IBGE/UNICEF, 1982; BATISTA FILHO & FERNANDES, 1991).

As diferenças de prevalência encontradas entre os dois métodos utilizados podem ser atribuídas ao ponto de corte utilizado em cada classificação. Enquanto o critério de Gomez classifica como desnutridas crianças com déficit de peso maior ou igual a 10% em relação à média da população de referência, que corresponde aproximadamente à média menos 1 desvio padrão, na classificação de Waterlow empregada considerou-se a relação P/A adequada quando igual ou maior que 80% e a relação A/I igual ou maior que 90% em relação à mediana, ou seja, empregou-se como ponto de corte a média menos 2 desvios padrões.

Estudos realizados no país já haviam demonstrado uma diminuição da prevalência da desnutrição apesar da enorme crise social que o país vinha sofrendo, na qual se acentuaram as desigualdades sociais (INAN, 1990a). Em

1980 o Brasil era um dos países com maior concentração de renda no mundo (HOFFMANN, 1986) sendo que terminou a década com uma "... *concentração de renda sem precedente*" (BONELLI, 1991). Em Paulínia a diminuição da prevalência de desnutrição já vinha sendo observado. Em 1992 encontrou-se uma prevalência de desnutrição em pré-escolares de 21%, enquanto que em estudo realizado cerca de 10 anos antes havia sido encontrada uma prevalência de desnutrição de 30,5% (ZANOLLI, MACHIAVERNI & MIRANDA, 1981; ZANOLLI, 1992). Tais resultados poderiam ser justificados através da melhoria das ações de saúde (estímulo ao aleitamento materno, terapia de reidratação oral, aumento da cobertura vacinal, melhor vigilância do crescimento); do aumento da cobertura de saneamento básico; da diminuição da natalidade; e ainda da diminuição do analfabetismo entre as mulheres, fatores que atenuariam o impacto da variável renda (INAN, 1990a; ARRUDA, 1991; BATISTA FILHO & FERNANDES, 1991; MONTEIRO, 1991; TAVARES & MONTEIRO, 1994).

Como a prevalência da desnutrição foi baixa, tornou-se necessária a comparação do padrão de crescimento dos diferentes estratos do grupo de estudo, procurando-se identificar quais destes apresentavam um padrão de crescimento que pudesse ser considerado insatisfatório, ou que expressasse que o potencial genético de crescimento estaria sofrendo influência desfavorável do ambiente. Por isso foram estudados três indicadores A/I, P/I e P/A.

A análise da distribuição percentilar do indicador altura/idade, expressão das privações nutricionais de longa duração, demonstrou que as crianças com menos de 24 meses de idade, os filhos de mães com escolaridade menor que 4 anos, assim como aquelas com peso de nascimento inferior a 3.000g apresentavam um crescimento pior que as demais. Tais resultados são comparáveis aos encontrados por OLIVEIRA (1989) em estudo realizado com crianças da mesma faixa etária.

Com relação ao indicador P/I, expressão das carências nutricionais agudas, as crianças com o peso de nascimento menor que 3.000g, assim como aquelas cuja escolaridade da mãe era menor que 4 anos, têm pior desempenho ponderal. Ressalte-se que as diferenças entre as medianas nos diferentes grupos etários são mínimas, situando-se entre os percentis 40 e 50, ou seja, as medianas do peso devem se aproximar do percentil 50 do NCHS.

Quanto à análise do indicador P/A, representativo de agravos nutricionais recentes, observou-se mais uma vez que as crianças com menos de 3.000g de

peso ao nascer tinham uma adequação P/A menos satisfatória que as demais. Já com relação aos grupos etários, as crianças com menos de 18 meses encontram-se em situação privilegiada, com medianas superiores ao percentil 50 do NCHS, semelhante ao observado por OLIVEIRA (1989). Isto pode sugerir que seu aporte nutricional esteja sendo dado de forma adequada, visto que é uma faixa etária na qual o risco de desnutrição é maior, pois ocorre um aumento das necessidades nutricionais associado a uma maior morbidade por doenças infecto-contagiosas. Deve ser salientado que, apesar das diferenças encontradas, as crianças maiores de 18 meses tinham sua mediana em torno do percentil 40-50.

A idade mostrou-se uma variável discriminatória para os 3 indicadores. Todavia algumas diferenças encontradas, como o peso para a idade comportando-se de forma semelhante em todos os grupos etários e o peso em relação à altura mais adequado nos menores de 18 meses, pode sugerir uma variação constitucional, de acordo com a qual durante o segundo ano de vida ocorreria uma perda de tecido subcutâneo seguido de um aumento da massa muscular, tornando-se a criança magra em relação à sua estrutura corpórea anterior (HARRISON *et al.*, 1971; TANNER, 1973; UORENS *et al.*, 1976; BROOK, 1978; KNITTLE, 1978; VAUGHAM III, 1983; KAPLAN, 1991). Já o favorecimento de ganho em altura para os maiores de 24 meses, que contrasta com os achados de MONTEIRO (1988b) e da PNSN (INAN, 1990b), pode estar relacionado à existência de um fator atuando de forma positiva. Como a altura é expressão do processo de crescimento e, para que este ocorra de forma harmônica, é necessária a interação adequada entre os fatores genéticos, ambientais e psicossociais, no grupo de estudo o "fator creche" pode estar agindo de forma facilitadora (MARSHALL, 1977; MARCONDES & SETIAN, 1978; MARSHALL, 1981; RONA, 1981).

A associação entre baixa escolaridade, risco de morrer e desnutrição já foi anteriormente estudada (OLIVEIRA, 1989; INAN, 1990a; ZANOLLI, 1992). A escolaridade da mãe é importante para conhecimentos de higiene, na percepção da necessidade de saneamento básico, na utilização dos serviços de saúde disponíveis e para ruptura do círculo da pobreza (MONTEIRO, 1991; SEADE, 1992).

Além da faixa etária e da escolaridade da mãe, o peso de nascimento também pôde ser definido como fator de risco de crescimento insatisfatório, pois a associação entre ele e os indicadores utilizados para representar o perfil de crescimento foi evidente, o que já havia sido demonstrado por OLIVEIRA (1989). O peso ao nascer vincula-se também às condições de escolaridade (BENÍCIO *et*

al., 1985) e nutricionais da mãe (BENÍCIO *et al.*, 1985; NÓBREGA, 1989), ou seja, as privações e distorções sociais contribuem significativamente para sua ocorrência. Por isso, o investimento na assistência pré-natal deveria ser uma das prioridades dos modelos de saúde.

Sem dúvida nas condições que o Brasil tem hoje, o município pode se considerar privilegiado nas áreas de educação, saúde e serviços básicos, que se reflete positivamente sobre o perfil de crescimento de sua população infantil, como já foi demonstrado em outros estudos. MORCILLO (1987) encontrou em crianças do sexo masculino até 8 anos e do sexo feminino até 7,5 anos valores médios de altura superiores aos encontrados por GUIMAREY (1983) 5 anos antes, tendo sugerido que os melhores resultados poderiam ser observados entre os lactentes e pré-escolares. É importante ressaltar que as desigualdades sociais encontram-se presentes como no restante do país e é evidente a determinação social da desnutrição.

Para o grupo de estudo, ser filho de mãe com escolaridade menor que 4 anos, ou ter nascido com peso inferior a 3.000g, ou ter idade menor que 24 meses pode indicar a necessidade de um seguimento mais cuidadoso nos serviços de saúde e nas creches, pois o padrão de crescimento poderá ser insatisfatório. Além disso, as ações junto aos pais devem ter caráter educativo e estimular uma participação mais ativa e crítica frente às mudanças na comunidade, resgatando a cidadania. Os programas sociais deveriam abranger as crianças pertencentes a estes grupos, mas somente uma reestruturação política, econômica e social do país garantiria o acesso igualitário das pessoas aos bens básicos para uma sobrevivência digna.

Assim sendo, apesar da creche ser uma instituição considerada como facilitadora de processos infecto-contagiosos, a saúde da população usuária pode ser considerada boa. Devem ocorrer situações que favorecem o crescimento, anulando outras que interferem negativamente sobre esse processo.

A avaliação do perfil de crescimento com a identificação de grupos de risco deve ser realizada periodicamente, facilitando ações específicas que elevem a qualidade de vida das crianças usuárias das creches.

CONCLUSÕES

O estudo de 568 crianças matriculadas nas 14 creches do município de Paulínia (SP) permitiu concluir que:

1. Com relação ao sexo, a distribuição foi homogênea; a raça branca foi predominante. Quanto à idade a maioria absoluta (74,5%) tinha mais que 12 meses. No grupo estudado, aproximadamente 20% das crianças vivem com renda inferior à que define a linha de pobreza (0,5 salário-mínimo). A classe social predominante foi o proletariado propriamente dito seguido do subproletariado. A porcentagem de mães analfabetas é pequena, sendo que 86,6% das mães e 74,9% dos pais possuem no mínimo 4 anos de escolaridade, o que lhes garante uma alfabetização permanente e duradoura. A maioria absoluta das crianças do grupo estudado não tinha irmãos ou tinha apenas um, refletindo uma tendência nacional de diminuição da taxa de fecundidade. A prevalência de baixo peso ao nascer foi de 6%.
2. A prevalência de desnutrição segundo o critério de Gomez foi de 21%, predominando a forma leve. Segundo a classificação de Waterlow, evidenciou-se uma baixa prevalência de desnutrição: dois casos de desnutrição aguda e um caso de desnutrição pregressa. Das variáveis estudadas somente o peso de nascimento teve associação com a prevalência de desnutrição segundo o critério de Gomez, ocorrendo uma maior prevalência nos grupos de crianças com menos de 3.000g de peso ao nascer.
3. O crescimento das crianças usuárias das creches pode ser considerado bom, apesar destas instituições serem consideradas facilitadoras para aquisição de processos infecto-contagiosos.
4. Na análise da distribuição percentilar dos indicadores A/I, P/I e P/A, observou-se que, para o grupo estudado, ser filho de mãe com escolaridade menor que 4 anos, ou ter nascido com menos de 3.000g, ou ter idade menor que 24 meses pode ser considerado fator de risco de um desempenho menos satisfatório no processo de crescimento.

RESUMO

Com o objetivo de analisar as características sócio-econômicas e demográficas, assim como a prevalência da desnutrição e o perfil de crescimento das crianças das 14 creches municipais de Paulínia (SP), foram avaliadas as 568 crianças matriculadas no período de 1 de março a 31 de maio de 1993. A idade do grupo variou de 3 a 48 meses, 273 (48,1%) eram do sexo masculino e 295 (51,9%) do feminino, 78% freqüentavam a creche em período integral (8 horas por dia) e 22% em período parcial.

Para a classificação sócio-econômica foram utilizados os seguintes parâmetros: renda familiar *per capita*, frações de classe social, escolaridade do pai e da mãe. Para a caracterização demográfica: peso de nascimento; número de irmãos e ordem de nascimento. Essas informações foram obtidas através de um questionário. A prevalência da desnutrição e o perfil de crescimento foram obtidos através da análise de dados do exame antropométrico, que incluiu as medidas de altura ou comprimento e do peso.

Para a análise da associação entre a prevalência da desnutrição segundo o critério de Gomez e as características sócio-econômicas e demográficas da população empregou-se o Teste de Heterogeneidade de BRANDT-SNEDECOR, enquanto para a análise da distribuição percentilar dos indicadores antropométricos em relação a estas mesmas variáveis foram utilizados a prova de KRUSKAL-WALLIS e o Teste de Comparações Múltiplas.

A classe social predominante foi o proletariado propriamente dito (59,5%), seguido do subproletariado (28,2%). Com relação à renda familiar *per capita*, 42% das crianças viviam com renda inferior a 1 salário-mínimo e 5% em situação de pobreza absoluta. Quanto à escolaridade dos pais observou-se que a das mães era superior à encontrada na cidade de São Paulo, em Botucatu, na região Sudeste e Nordeste do Brasil: 86,6% das mães e 74,9% dos pais tinham no mínimo 4 anos de escolaridade.

Somente 25% das mães tinham 3 ou mais filhos e, quanto ao peso de nascimento, apenas 6% do grupo de estudo pesou menos que 2.500g, porcentagens semelhantes às que ocorrem em países desenvolvidos.

A prevalência da desnutrição segundo o critério de Gomez foi de 21% com predomínio da forma leve (20,3%). Já pela classificação de Waterlow, somente 3 crianças (0,5%) foram identificadas como portadoras de alguma forma de desnutrição. Com relação às variáveis de estudo, somente o grupo de crianças com peso de nascimento inferior a 3.000g teve associação com maior prevalência de desnutrição.

A análise da distribuição percentilar dos indicadores A/I, P/I e P/A mostrou um desempenho menos satisfatório do processo de crescimento para os grupos que tinham menos de 24 meses de idade, ou eram filhos de mães com escolaridade inferior a 4 anos ou tinham nascido com menos de 3.000g.

Portanto, o grupo estudado está em posição privilegiada em relação ao Brasil, embora pertença a um tipo de instituição que sabidamente apresenta riscos à saúde, pela faixa etária de sua clientela e pela maior exposição a agentes infecto-contagiosos. Mas grupos de risco foram identificados, o que demanda ações junto à instituição e aos pais, que atenuem estes fatores, muito embora somente uma reestruturação política, econômica e social possa garantir um acesso igualitário das pessoas aos bens básicos e a uma vida digna.

SUMMARY

In order to analyse the social economic and demographic characteristics as well as the predominance of underfeeding and the aspect of children growth of 14 Paulínia County Nurseries, 568 children registered from March 1 to May 31, 1993 were evaluated. The age of the group varied between 3 and 48 months, 273 (48.1%) were male and 295 (51.9%) were female, 78% attended the nursery full time (8 hours a day) and 22% part time.

The social economic aspect was classified according to the following: the family income, the social level, the parent's school background. To define the demographic aspect we selected: birth weight, the number of brothers and sisters in order of birth. All these informations were obtained due to a questionnaire. The predominance of underfeeding and the aspect of children growth were obtained considering the antropometric exam data analyse which included the heigth and weigth.

To analyse the association between the predominance of underfeeding (according to Gomez Criterion) and the social economic and demographic characteristics of the population it was used the BRANDT-SNEDECOR in Homogeneity Test while to analyse the percentile distribution of the anthropometric indicators in respect to these variable it was used the KRUSKAL-WALLIS Proof and Multiple Comparisons Test.

The prevailing social class was the proletarian class (59,5%) followed by the under-proletarian class (28,2%). Relating to the family income: 42% of the children lived with less than 1 minimun salary and 5% in absolute poor condition. Relating to the parent's school background we observed that the mother's school background were higher comparing to women's living in São Paulo city, in Botucatu, in Northeast and Southest Brazil: 86,6% of the mother's and 74,9% of the home owners (fathers) were 4 years in school.

Only 25% of the mothers had 3 or more children and, considering the birth weight only 6% of the group weighted less than 2,5kg, the same percentage of advance countries.

The predominance of underfeeding (according to Gomez Cirteron) was 21% in a soft base (20,3%). In accordance with Waterlow Classification only 3 children (0,5%) were found in undernutrition way. In conformity with the study variances, only the group of children with birth weight under 3kg had any association with the predominance of undernutrition.

To analyse the percentile distribution of the indicators H/A, W/A and W/H showed the least perfomance of the growth process for the groups that had less than 2

years old, or they were sons of mothers who had less than 4 years in school or who weighted less than 3kg at the birth.

Therefore, the group under study is in a favoured position in accordance with Brazil, although this group belong to an institution that surely has health risks because of the age and because they are exposed to infections agents. But groups of risks were identified and requires actions to minimize such factors, relating to the institution or the parents. Even though only a political social and economical rearrangement can assure an equalizer access to a better and meaningful life.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, I. K. G. - O SISVAN e as alternativas de intervenção. *SISVAN Boletim Nacional*, 1: 15-18, 1991.

BALDIJÃO, C. E. M. - A desnutrição e o processo de acumulação de capital. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, 29: 49-53, 1979.

BARROS, M. B. A. - A utilização do conceito de classe social nos estudos dos perfis epidemiológicos: uma proposta. *Revista de Saúde Pública*., São Paulo, 20: 269-273, 1986.

BATISTA FILHO, M. - Prevalência e estágios da desnutrição proteico-calórica em crianças da cidade de São Paulo. São Paulo, 1976. (Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo).

BATISTA FILHO, M. & FERNANDES, M. F. - Situação nutricional da criança no Brasil. *SISVAN Boletim Nacional*, 1: 12-24, 1991.

BEIGUELMAN, B. - Curso Prático de Bioestatística. Ribeirão Preto. Revista Brasileira de Genética, 1988.

BENÍCIO, M. H. D A; MONTEIRO, C. A.; SOUZA, J. M. P.; CASTILHO, E. A. & LAMONICA, I. M. R. - Análise Multivariada de fatores de risco para o baixo peso ao nascer em nascidos vivos do município de São Paulo, SP (Brasil). *Revista de Saúde Pública*, 19: 311-320, 1985.

BHASKARAM, P. - The vicious cycle of malnutrition-infection with special reference to diarrhea, measles and tuberculosis. *Indian Pediatrics*, 29: 805-814, 1992.

BONELLI, R. & SEDLACEK, G.L. - A evolução da distribuição de renda entre 1983 e 1988. In: CAMARGO, J. M. & GIAMBIAGI, F. - Distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

BROOK, C. G. D. - Cellular Growth: Adipose Tissue. In: FALKNER, F. & TANNER, J. M. - Human Growth 2: Postnatal Growth. New York, Plenum Press, 1978.

CAMERON, N. - The methods of auxological anthropometry. In: FALKNER, F. & TANNER, J. M. - Human Growth. New York, Plenum Press, 1978, p. 35-90.

CAMPOS, H. - Estatística experimental não-paramétrica. 3a ed, Piracicaba, Departamento de Matemática e Estatística da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, 1979.

CAMPOS, M. M. M.; GROBSAUM, M. W.; PAHIN, R. & ROSEMBERG, F. - Profissionais de creche. *Caderno CEDES*, 9: 39-66, 1985.

CARDOSO, F. H. ; LOVE, J.; WIRTH, L. *et al.* - O Brasil republicano. 1o vol. Estrutura de poder e economia (1889-1930). In: FAUSTO, B. - História Geral da Civilização Brasileira. 3a ed, São Paulo, tomo III, DIFEL, 1982.

CHAHAD, J. P. Z. & MACEDO, R. - Ajuste econômico e impacto social no Brasil: 1980-1987: os efeitos sobre a população infantil. In: CHAHAD, J. P. Z. & CERVINI, R. - Crise e Infância no Brasil. O impacto das políticas de ajustamento econômico. São Paulo, UNICEF/IPE/USP, 1988.

CENEPI - CENTRO NACIONAL DE EPIDEMIOLOGIA - Informe Epidemiológico do SUS - Ano I. **CENEPI/ Ministério da Saúde/ Fundação Nacional da Saúde**, 2: 35-50, 1992.

COLLET, J. P.; DUCRUET, T.; FLORET, D.; COGAN-COLLET, J.; HONNEGER, D. & BOISSEL, J.-P. - Daycare attendance and risk of first infectious disease. **European Journal of Pediatrics**, 150: 214-216, 1991.

CSEP (CENTRO DE SAÚDE ESCOLA DE PAULÍNIA) - Indicadores de Saúde - Paulínia, 1993. Boletim da Vigilância Epidemiológica, janeiro de 1994.

DILKS, S.A. - Aspectos do desenvolvimento da assistência à criança. **Clínicas Pediátricas da América do Norte**, 6: 1603-1617, 1991.

ERSA 27 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE SAÚDE DE CAMPINAS - Sistema de Informação de Nascimentos (SINASC). Mimeografado, ERSa 27, 1992, 1993.

FURTADO, C. - Brasil: a Construção Interrompida. 2a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GARCIA-TAMAYO, F. - La inmunidad del niño desnutrido. **Boletín Médico del Hospital Infantil México**, 39 (11): 697-707, 1982.

GINSBURG, C. M.; McCracken, G. H.; RAE, S. & PARKE, J. C. - *Haemophilus influenza* type b disease. Incidence in a day-care center. **Journal American Medical Association**, 238 (7): 604-607, 1977.

GOLDENBERG, P. - Repensando a Desnutrição como Questão Social. Campinas, Editora da UNICAMP, 1988.

GOLDING, J. - Child health and the environment. *British Medical Bulletin*, 42 (2): 204-211, 1986.

GOMEZ, F. - Desnutrición. *Boletín Médico del Hospital Infantil*, 3 (4): 543-551, 1946.

GUIMAREY, L. M. - Crescimento e Estado Nutricional em Escolares de Paulínia, São Paulo, Brasil. Campinas, 1983. (Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas).

HADDAD, L. - A Creche em Busca de Identidade. São Paulo, Loyola, 1991.

HAMILL, P. V. V.; DRIZD, T. A.; JOHNSON, C. L.; REED, R. B.; ROCHE, A. F. & MOORE, W. M. - Physical growth: National Center for Health Statistics percentiles. *American Journal of Clinical Nutrition*, 32: 607-629, 1979.

HARDY, E. E. & OSIS, M. J. D. - Mulher, Trabalho e Amamentação: Legislação e Prática. Campinas, Ed. UNICAMP, 1991.

HARRISON, G. A.; WEINER, J. S.; TANNER, J. M. & BARNICOT, N. A. - Biologia humana: Introdução à evolução, variação e crescimento humanos. São Paulo, Companhia Editora Nacional/ Ed. USP, 1971.

HOFFMANN, R. & KAGEYAMA, A. A. - Distribuição da renda no Brasil entre famílias e pessoas, em 1970 e 1980. *Estudos Econômicos*, 16 (1): 25-52, 1986.

IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980: São Paulo. Vol. 1, Tomo 4. Rio de Janeiro, IBGE, 1982.

IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

- Crianças e adolescentes: Indicadores sociais. Vol. 1. Rio de Janeiro, 1989.

IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

- Resultados preliminares. Rio de Janeiro, IBGE, 1992.

IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

- Censo demográfico 1991 - resultados preliminares do universo relativo às características da população e dos domicílios: no 21, São Paulo. Rio de Janeiro, IBGE, 1994.

IBGE/UNICEF - Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil - Aspectos Nutricionais 1974-1975. Rio de Janeiro, IBGE, 1982.

IBGE/UNICEF - Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil. A situação da fecundidade; determinantes gerais e características da transição recente. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

INAN - INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN): resultados preliminares. Brasília, INAN/ IPEA/ FIBGE, 1990a.

INAN - INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN): Perfil de crescimento da população brasileira de 0 a 25 anos. Brasília, INAN/ IPEA/ FIBGE, 1990b.

JACOBSON, J. A.; FILICE, G. A. & HOLLOWAY, J. T. - Meningococcal disease in day-care center. *Pediatrics*, 59 (2): 299-300, 1977.

JELLIFFE, D. B. - The assessment of the nutritional status of the community. Geneva, WHO, monograph series 53, 1966.

JORDAN, M. D. - The CDC anthropometric software package. The Centers for Disease Control. CDC, Atlanta, Georgia, 1987.

KAPLAN, S. L. & ASSOCIATE EDITOR - Growth. In: RUDOLPH, A. M. - Rudolph's Pediatrics. 19a ed., Norwalk, Connecticut, Appleton & Lange, 1991.

KNITTLE, J. L. - Adipose Tissue: Development in man. In: FALKNER, F. & TANNER, J. M. - Human Growth 2: Postnatal growth. New York, Plenum Press, 1978.

KOSHIBA, L. & PEREIRA, D. M. F. - História do Brasil. 5a ed., São Paulo, Atual Ed., 1987.

KRAMER, S. - A Política do Pré-Escolar no Brasil. A arte do disfarce. 3a ed. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1987.

LAURENTI, R.; MELLO JORGE, M. H. P.; LEBRÃO, M. L. & GOTLIEB, S. L. D. - Estatísticas de saúde. São Paulo, EPU, 2a ed., 1987.

LEVIN, J. - Estatística aplicada a ciências humanas. 2a. ed., São Paulo, Ed. Harper & Row do Brasil, 1987.

MACCHIAVERNI, L. M.; ANTONIO, M. A. G. M. & PAZETTI, E. O. S. - Programa de Atenção Integral às Crianças das Creches Municipais de Paulínia - Relato de Uma Experiência. **Revista Brasileira de Saúde Escolar**, 1 (2), abr. 1990.

MARCONDES, E. & SETIAN, N. - Fatores do crescimento. Mecanismos e tipos de crescimento. In: MARCONDES, E. ed. - Crescimento normal e deficiente. São Paulo, Sarvier, 1978, p. 3-38.

MARQUES, M. B.- Análise das limitações e possibilidades de atuação em um serviço de puericultura. Campinas, 1976 (Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas).

MARQUES, R. M.; BERQUÓ, E.; YUNES, J. & MARCONDES, E. - Crecimiento de niños Brasileños: peso y altura en relación con la edad el y sexo y la influencia de factores socioeconomicos. Washington, OPS, Publicación científica No 309, 1975.

MARSHALL, W. A. - Human Growth and its Disorders. New York, Academic Press, 1977.

MARSHALL, W. A. - Geographical and ethnic variations in human growth. ***British Medical Bulletin***, 37 (3): 273-279, 1981.

MARTINS, M. C. V. - Enteropatia Ambiental: Efeitos da mudança de ambiente em tempo parcial, sobre o estado nutricional e as alterações morfofuncionais da mucosa jejunal. São Paulo, 1993 (Tese de Doutorado - Escola Paulista de Medicina).

MATA, L. - Environmental factors affecting nutritional and growth. In: Gracey, M. & FALKNER, F. - Nutritional needs and Assessment of normal growth. Nestlé Nutrition. New York, Raven Press, 1985.

MATA, L. - Interacciones infeccion-nutricion. In: CUSMINSKY, M.; MORENO, E. M. & OJEDA, E. N. S. - Crecimiento y desarrollo: hechos y tendencias. OPS, Publicación Científica, No. 510, 1988.

MATA, L.; URRUTIA, J. J. & LECHITIG, A. - Infection and nutrition of children of a low socioeconomic rural community. *The American Journal of Clinical Nutrition*, 24: 249-259, 1971.

MINISTÉRIO DA SAÚDE & MINISTÉRIO DA CRIANÇA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1991.

MIRANDA, P. S. C.; PERPETURO, I. H. O.; PARREIRAS, T. S.; SILVA, G. F. & FASSY, M. F. - A desnutrição na clientela dos Centros de Saúde do Vale do Jequitinhonha. *Saúde em Debate*, 3: 49-57, 1977.

MONTEIRO, C. A. - A epidemiologia da desnutrição proteico-calórica em núcleos rurais do Vale do Ribeira. São Paulo, 1977. (Dissertação de Mestrado - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo).

MONTEIRO, C. A. - Mortalidade infantil e desenvolvimento social. *Saúde em Debate*, 10: 27-29, 1988a.

MONTEIRO, C. A. - Saúde e Nutrição das Crianças de São Paulo. São Paulo, Ed. HUCITEC/Ed. USP, 1988b.

MONTEIRO, C. A. - Mapa da Pobreza no Brasil. Texto para discussão nº 1, 2ª edição. Brasília, 1991.

MONTEIRO, C. A. & BENÍCIO, M. H. D'A - Estado nutricional e renda. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 1(3): 67-70, 1987.

MORCILLO, A. M. - Estudo comparativo de sete parâmetros antropométricos em escolares da cidade de Paulínia - referentes aos períodos de 1979/1980 e 1984/1985. Campinas, 1987. (Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas).

MPAS - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Manual para avaliação antropométrica do estado nutricional da crianças até 7 anos de idade. Brasília, MPAS/SPS, 1983.

NCHS - NATIONAL CENTER FOR HEALTH STATISTICS - NCHS growth curves for children birth 18 year. *United States, Vital and Health Statistics*, series 11, no. 165, 1977.

NÓBREGA, F.J. - Antropometria do Recém-Nascido: características antropométricas do recém-nascido e estudo de algumas variáveis maternas nas capitais e regiões brasileiras. Serviço de Informação Científica Nestlé, 1989.

OLIVEIRA, L. R. - Epidemiologia da desnutrição: Teoria e prática. São Paulo, 1989. (Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo).

OLIVEIRA, Z. M. & FERREIRA, M. C. R. - Propostas para o Atendimento em Creches no Município de São Paulo: Histórico de uma realidade - 1986. In: ROSEMBERG, F. - Creche . São Paulo, Cortez, 1989.

OLIVEIRA, Z. M.; MELLO, A. M.; VITÓRIA, T. & FERREIRA, M. C. R. - Creches: crianças, faz de conta & Cia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

OMS - ORGANIZACION MUNDIAL DE LA SALUD - Medicion del cambio del estado nutricional. Diretrizes para evaluar el efecto nutricional de programas de alimentacion suplementaria destinados a grupos vulnerables. Genebra. OMS, 1983, p. 11-13.

PICKERING, L. K.; EVANS, D. G.; DU PONT, H. L.; VOLLETII, J. J. & EVANS Jr., D. J. - Diarrhea caused by Shigella, Rotavirus and Giardia in day-care centers: prospective study. *The Journal of Pediatrics*, 99(1): 51-56, 1981.

PIERUCCI, A. F. O.; SOUZA, B. M.; CAMARGO, C. P. F. et al. - O Brasil republicano. 4o vol. Economia e cultura (1930-1964). In: FAUSTO, B. - História Geral da civilização Brasileira. 2a ed, São Paulo, DIFEL, tomo III, 1986.

PMP (PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA) - Informativo sobre o município de Paulínia. Paulínia, PMP, 1994.

PUFFER, R.R. & SERRANO, C. V. - Características del peso al nacer. Washington, D.C., OPS, publicación científica no. 504, 1988.

RIZZO, G. - Educação Pré- Escolar. 2a ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.

RIZZO, G. - Creche: Organização, Montagem e Funcionamento. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1984.

RONA, R. J. - Genetic and environmental factors in the control of growth in childhood. *British Medical Bulletin*, 37 (3); 265-272, 1981.

ROSEMBERG, F. - O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche - 1984. In: ROSEMBERG, F. - Creche : São Paulo, Cortez, 1989.

SABESP - COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Relatório de Gestão Empresarial da Sabesp no Município de Paulínia, Paulínia, 1994.

SEADE - FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - Pesquisa de Condições de vida na região metropolitana de São Paulo: Renda. São Paulo, SEADE, 1992.

SEMEGHINI, U. C.; NEVES, J. L. S. - Desenvolvimento Econômico e Urbanização: Estudo de Caso do Município de Paulínia. Relatório final de monografia. UNICAMP, Campinas, 1985.

SHRIMPTON, R. - Ecologia da Desnutrição na Infância: Análise da evidência das relações entre variáveis sócio-econômicas e estado nutricional. Brasília, CNRH/IPEA/UNICEF, 1986.

SIEGEL, S. - Estatística não-paramétrica - para ciências do comportamento. Recife, Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1975.

SODRÉ, N. W. - História da Burguesia Brasileira. 3a ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

SZWARCWALD, C. L.; LEAL, M.C. & JOURDAN, A. M. F. - Mortalidade infantil: o custo social do desenvolvimento brasileiro. In: LEAL, M. C.; SABROZA, P. C.; RODRIGUEZ, R. H. & BUSS, P.M. . Saúde, ambiente e desenvolvimento. Vol II. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC/ABRASCO, 1992.

TANNER, J. M. - Fatores hormonais, genéticos e ambientais no controle da taxa de crescimento. In: HARRISON, G. A. ; WEINER, J. S. ; TANNER, J. M. & BARNICOT, N. A., ed. - Biologia Humana: Introdução à Evolução, Variação e Crescimento Humanos. São paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, p. 364-382.

TANNER, J. M. - Growth at adolescence: with a general consideration of the effects of hereditary and environmental factors upon growth and maturation from birth to maturity. 2a ed., Oxford, Blackwell Scientific Publications, 1973.

TAVARES, R. & MONTEIRO, M. F. G. - População e condições de vida. In: GUIMARÃES, R. & TAVARES, R. A. W. - Saúde e Sociedade no Brasil: Anos 80. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ABRASCO, 1994.

UORENS, J.; FIGUEIRAS, G. & PICANÖL, J. - Pediatria Clínica 1. 1a ed., Barcelona, Editorial JIMS, 1976.

VAUGHAN III, V.C. - Pediatria do desenvolvimento. In: NELSON, W. E.; VAUGHAN III, V. C.; McKay JR, R. J. & BEHRMAN, R. E. - Nelson: Tratado de Pediatria. 11a ed., Rio de Janeiro, Interamericana, 1983.

VICTORA, C. G.; BARROS, F. C. & VAUGHAN, J. P. - Epidemiologia da desigualdade. São Paulo, HUCITEC, 1988.

VIEIRA, L. M. F. - Mal necessário: Creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). *Cadernos de Pesquisa*, 67: 3-16, 1988.

VITERI, F. - Infeccion y nutricion. In: MENEGHELO, J. - *Pediatría*. Buenos Aires, Inter-Médica, 1972. Tomo I, p. 353-361.

WALD, E. R.; DASHEFSKY, B.; BYERS, C.; GUERRA, N. & TAYLOR, F. - Frequency and severity of infections in day care. *The Journal of Pediatrics*, 112(4): 540-546, 1988.

WALD, E. R.; GUERRA, N. & BYERS, C. - Frequency and severity of infections in day care: Three-year follow up. *The Journal of Pediatrics*, 118(4): 509-514, 1991a.

WALD, E. R.; GUERRA, N. & BYERS, C. - Upper respiratory tract infections in young children: duration of and frequency of complications. *Pediatrics*, 87(2): 129-133, 1991b.

WATERLOW, J. C. - Note on the assesment and classification of protein-energy malnutrition in children. *The Lancet*, II (7820): 87-89, 1973

WATERLOW, J. C. - Some aspects of childhood malnutrition as a public health problem. *British Medical Journal*, 4: 88-90, 1974.

WATERLOW, J. C. - Classificacion and definition of protein-energy malnutrition. In: BEATON, G. H. & BENGGOA, J. M. ed. - Nutrition in preventive medicine: the major syndromes, epidemiology, and approaches to control. Geneva, WHO, 1976.

WATERLOW, J. C. & RUTISHAUSER, I. H. E. - Malnutrition in man. In: CRAVIOTTO, J.; HAMBRAEUS, L. & VAHLQUIST, B. ed., - Symposia of Swedish Nutrition Foundation, XII. Stockholm, Almqvist and Wiksell, 1974, p. 13-26.

WATERLOW, J. C.; BUZINA, R.; KELLER, W.; LANE, J. M.; NICHAMAN, M. Z. & TANNER, J. M. - The presentation and use of height and weight data for comparing the nutritional status of groups of children under the age of 10 years. *Bulletin World Health Organization*, 55 (4); 489-498, 1977.

ZANOLLI, M. L. - Avaliação do estado nutricional de pré-escolares matriculados nas Escolas Municipais de Educação Infantil de Paulínia - SP. Campinas, 1992. (Tese de Mestrado - Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas).

ZANOLLI, M. L.; MACCHIAVERNI, L. M. L. & MIRANDA, V. L. - Avaliação nutricional: programa de atenção ao pré-escolar - Centro de Saúde Escola de Paulínia. In: ANAIS XXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE PEDIATRIA, SALVADOR, 1983.

ANEXOS

ANEXO I - VALORES DO X² DO TESTE DE HETEROGENEIDADE DE BRANDT-SNEDECOR, OBTIDOS NA AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ DAS CRIANÇAS DO SEXO FEMININO, EM RELAÇÃO AOS GRUPOS ETÁRIOS, GRUPOS DE RENDA PER CAPITA, FRAÇÕES DE CLASSE SOCIAL (1), ESCOLARIDADE DA MÃE, ESCOLARIDADE DO PAI, NÚMERO DE IRMÃOS, ORDEM DE NASCIMENTO E PESO DE NASCIMENTO FILHOS.

CATEGORIAS	X ² (2)	G.L. (3)	SIGNIFICÂNCIA (4)
GRUPOS ETÁRIOS	5,05	6	N.S.
GRUPOS DE RENDA PER CAPITA	2,62	3	N.S.
FRAÇÕES DE CLASSE SOCIAL	3,60	2	N.S.
ESCOLARIDADE DA MÃE	6,63	4	N.S.
ESCOLARIDADE DO PAI	0,82	4	N.S.
NÚMERO DE IRMÃOS	0,75	2	N.S.
ORDEM DE NASCIMENTO	0,32	2	N.S.
PESO DE NASCIMENTO	23,84	2	****

(1) - Agrupados burguesia empresarial, burguesia gerencial e pequena burguesia.

(2) - X² = valores de X²

(3) - G.L. - Graus de liberdade

(4) - SIGNIFICÂNCIA = significância estatística com α de 0,05

ANEXO II - VALORES DO X² DO TESTE DE HETEROGENEIDADE DE BRANDT-SNEDECOR, OBTIDOS NA AVALIAÇÃO NUTRICIONAL PELO CRITÉRIO DE GOMEZ DAS CRIANÇAS DO SEXO MASCULINO, EM RELAÇÃO AOS GRUPOS ETÁRIOS, GRUPOS DE RENDA PER CAPITA, FRAÇÕES DE CLASSE SOCIAL (1), ESCOLARIDADE DA MÃE, ESCOLARIDADE DO PAI, NÚMERO DE IRMÃOS, ORDEM DE NASCIMENTO E PESO DE NASCIMENTO

CATEGORIAS	X ² (2)	G.L. (3)	SIGNIFICÂNCIA (4)
GRUPOS ETÁRIOS	6,03	6	N.S.
GRUPOS DE RENDA PER CAPITA	3,20	3	N.S.
FRAÇÕES DE CLASSE SOCIAL	0,90	2	N.S.
ESCOLARIDADE DA MÃE	7,31	4	N.S.
ESCOLARIDADE DO PAI	4,70	4	N.S.
NÚMERO DE IRMÃOS	0,73	2	N.S.
ORDEM DE NASCIMENTO	0,30	2	N.S.
PESO DE NASCIMENTO	27,32	2	****

(1) - Agrupados burguesia empresarial, burguesia gerencial e pequena burguesia.

(2) - X² = valores de X²

(3) - G.L. - Graus de liberdade

(4) - SIGNIFICÂNCIA = significância estatística com α de 0,05

ANEXO III - VALORES DE Hc DA PROVA DE KRUSKAL-WALLIS OBTIDOS NA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS PERCENTIS DO INDICADOR ALTURA/IDADE EM RELAÇÃO AOS GRUPOS ETÁRIOS, FRAÇÕES DE CLASSE, GRUPOS DE RENDA PER CAPITA, ESCOLARIDADE DA MÃE, ESCOLARIDADE DO PAI, NÚMERO DE IRMÃOS, ORDEM DE NASCIMENTO E PESO DE NASCIMENTO.

CATEGORIAS	Hc(1)	GL(2)	SIGNIFICÂNCIA(3)
GRUPOS ETÁRIOS	44,32	7	****(4)
FRAÇÕES DE CLASSE SOCIAL	9,82	5	N.S.
GRUPOS DE RENDA PER CAPITA	10,96	6	N.S.
ESCOLARIDADE DA MÃE	19,54	7	****
ESCOLARIDADE DO PAI	11,59	7	N.S.
NÚMERO DE IRMÃOS	6,05	3	N.S.
ORDEM DE NASCIMENTO	7,46	3	N.S.
PESO DE NASCIMENTO	25,78	3	****

(1) Hc - Valores da estatística H corrigido do Teste de KRUSKAL-WALLIS

(2) GL - Graus de liberdade

(3) SIGNIFICÂNCIA - Significância estatística com α de 5%

(4) **** - Resultado significativo

ANEXO IV - VALORES DE Hc DA PROVA DE KRUSKAL-WALLIS OBTIDOS NA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS PERCENTIS, DO INDICADOR PESO/IDADE EM RELAÇÃO AOS GRUPOS ETÁRIOS, FRAÇÕES DE CLASSE, GRUPOS DE RENDA PER CAPITA, ESCOLARIDADE DA MÃE, ESCOLARIDADE DO PAI, NÚMERO DE IRMÃOS, ORDEM DE NASCIMENTO E PESO DE NASCIMENTO.

CATEGORIAS	Hc	GL	SIGNIFICÂNCIA
GRUPOS ETÁRIOS	1,46	7	N.S.
FRAÇÕES DE CLASSE SOCIAL	7,9	5	N.S.
GRUPOS DE RENDA PER CAPITA	11,12	6	N.S.
ESCOLARIDADE DA MÃE	14,22	7	****
ESCOLARIDADE DO PAI	11,61	7	N.S.
NÚMERO DE IRMÃOS	7,07	3	N.S.
ORDEM DE NASCIMENTO	6,28	3	N.S.
PESO DE NASCIMENTO	47,69	3	****

(1) Hc - Valores da estatística H corrigido do Teste de KRUSKAL-WALLIS

(2) GL - Graus de liberdade

(3) SIGNIFICÂNCIA - Significância estatística com α de 5%

(4) **** - Resultado significativo

ANEXO V - VALORES DE Hc DA PROVA DE KRUSKAL-WALLIS OBTIDOS NA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/ALTURA EM RELAÇÃO AOS GRUPOS ETÁRIOS, FRAÇÕES DE CLASSE, GRUPOS DE RENDA PER CAPITA, ESCOLARIDADE DA MÃE, ESCOLARIDADE DO PAI, NÚMERO DE IRMÃOS, ORDEM DE NASCIMENTO E CIMENTO.

CATEGORIAS	Hc(1)	GL(2)	SIGNIFICÂNCIA(3)
GRUPOS ETÁRIOS	16,43	7	**** (4)
FRAÇÕES DE CLASSE SOCIAL	3,30	5	N.S.
GRUPOS DE RENDA PER CAPITA	9,39	6	N.S.
ESCOLARIDADE DA MÃE	6,54	7	N.S.
ESCOLARIDADE DO PAI	5,71	7	N.S.
NÚMERO DE IRMÃOS	3,85	3	N.S.
ORDEM DE NASCIMENTO	2,96	3	N.S.
PESO DE NASCIMENTO	23,89	3	****

(1) Hc - Valores da estatística H corrigido do Teste de KRUSKAL-WALLIS

(2) GL - Graus de liberdade

(3) SIGNIFICÂNCIA - Significância estatística com α de 5%

(4) **** - Resultado significativo

ANEXO VI - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO E PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR ALTURA/IDADE EM RELAÇÃO AOS GRUPOS ETÁRIOS, DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

GRUPO ETÁRIO (em meses)	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
0 - 6	49	40,0	25,2	24,7	39,1	60,0
6 - 9	39	35,2	26,1	12,8	31,0	53,3
9 - 12	57	39,3	26,4	15,7	32,3	57,6
12 - 18	89	39,2	26,3	16,2	35,7	58,7
18 - 24	107	43,6	27,1	23,9	39,8	62,4
24 - 30	114	56,6	24,9	35,2	58,6	77,0
> 30	112	52,9	28,3	28,2	56,7	78,3

(1) N - Frequência absoluta

(2) Média - Média aritmética

(3) D.P. - Desvio-padrão

(4) P25 - Percentil 25

(5) P50 - Percentil 50

(6) P75 - Percentil 75

ANEXO VII - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO E PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR ALTURA/IDADE EM RELAÇÃO À RENDA FAMILIAR PER CAPITA (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS), DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

RENDA	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
sem renda	6	66,3	26,6	52,1	77,7	81,5
<= 0,25	32	36,3	27,0	12,5	31,3	57,6
0,25 - 0,50	79	41,8	26,6	21,4	38,3	65,5
0,50 - 1,00	130	45,9	28,3	20,6	46,4	71,0
1,00 - 2,00	147	48,8	27,3	26,2	48,7	71,0
>= 2,00	161	46,6	27,0	24,2	46,5	67,0

(1) N	- Freqüência absoluta	(4) P25	- Percentil 25
(2) Média	- Média aritmética	(5) P50	- Percentil 50
(3) D.P.	- Desvio-padrão	(6) P75	- Percentil 75

ANEXO VIII - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO E PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR ALTURA/IDADE EM RELAÇÃO ÀS FRAÇÕES DE CLASSE SOCIAL, DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

FRAÇÕES DE CLASSE (1)	N (2)	MÉDIA (3)	D.P. (4)	P25 (5)	P50 (6)	P75 (7)
S.P.	160	41,2	26,7	19,2	38,0	62,1
P.P.D.	338	46,7	27,5	23,4	46,4	70,2
P.B.	36	54,7	24,8	37,3	55,5	67,1
B.G.	26	53,3	31,3	25,2	56,3	85,9
B.E.	6	45,9	31,0	25,6	43,4	61,0

(1) - Frações de classe	(2) N	- Freqüência absoluta
S.P. - Subproletariado	(3) Média	- Média aritmética
P.P.D. - Proletariado propriamente dito	(4) D.P.	- Desvio-padrão
P.B. - Pequena burguesia	(5) P25	- Percentil 25
B.G. - Burguesia gerencial	(6) P50	- Percentil 50
B.E. - Burguesia empresarial	(7) P75	- Percentil 75

ANEXO IX - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO E PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR ALTURA/IDADE EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE DA MÃE (EM ANOS), DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ESCOLARIDADE MÃE	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
Sem genitor	4	39,5	28,0	16,4	35,3	62,6
< 1	13	39,0	24,2	27,2	32,6	44,0
1 - 3	59	41,2	28,8	14,4	35,2	64,6
= 4	112	38,5	26,9	14,6	33,5	58,9
5 - 7	146	51,2	27,0	31,1	52,6	73,2
= 8	74	48,0	25,8	29,2	42,2	69,3
9 - 10	28	53,2	28,4	33,1	55,3	77,4
>= 11	130	47,2	27,5	23,4	51,0	67,5

(1) N - Frequência absoluta (4) P25 - Percentil 25
(2) Média - Média aritmética (5) P50 - Percentil 50
(3) D.P. - Desvio-padrão (6) P75 - Percentil 75

ANEXO X - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO E PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR ALTURA/IDADE EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE DO PAI (EM ANOS), DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ESCOLARIDADE PAI	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
Sem genitor	90	45,3	27,6	18,5	45,4	66,1
< 1	13	40,2	26,7	25,3	32,6	44,4
1 - 3	48	48,7	25,9	26,7	48,7	67,7
= 4	85	42,3	26,8	21,4	39,4	64,9
5 - 7	117	45,3	28,1	21,6	39,5	67,9
= 8	58	48,0	30,9	16,2	49,6	79,2
9 - 10	33	37,3	23,6	26,2	33,8	52,8
>= 11	113	51,9	26,7	30,9	52,5	71,9

(1) N - Frequência absoluta (4) P25 - Percentil 25
(2) Média - Média aritmética (5) P50 - Percentil 50
(3) D.P. - Desvio-padrão (6) P75 - Percentil 75

ANEXO XI - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR ALTURA/IDADE EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE IRMÃOS, DE 563 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

NÚMERO DE IRMÃOS	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
0	244	48,7	27,9	24,3	49,1	71,8
1	178	44,8	26,8	23,0	39,6	66,0
2 ou mais	141	42,3	27,2	15,8	43,6	62,1

(1) N - Frequência absoluta (4) P25 - Percentil 25
(2) Média - Média aritmética (5) P50 - Percentil 50
(3) D.P. - Desvio-padrão (6) P75 - Percentil 75

ANEXO XII - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR ALTURA/IDADE EM RELAÇÃO À ORDEM DE NASCIMENTO, DE 563 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ORDEM NASCIMENTO	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
1	270	48,8	28,0	24,7	49,1	71,8
2	177	44,2	26,1	23,0	40,0	65,2
>= 3	116	41,6	27,7	15,7	38,3	61,7

(1) N - Frequência absoluta (4) P25 - Percentil 25
(2) Média - Média aritmética (5) P50 - Percentil 50
(3) D.P. - Desvio-padrão (6) P75 - Percentil 75

ANEXO XIII - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR ALTURA/IDADE EM RELAÇÃO AO PESO DE NASCIMENTO (EM GRAMAS), DE 556 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

PESO AO NASCER	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
< 2.500	34	30,8	25,7	5,5	28,7	52,8
2.500 - 3.000	132	39,1	27,2	14,5	33,5	63,7
> 3.000	390	49,6	26,7	28,6	48,6	71,0

(1) N - Frequência absoluta (4) P25 - Percentil 25
(2) Média - Média aritmética (5) P50 - Percentil 50
(3) D.P. - Desvio-padrão (6) P75 - Percentil 75

ANEXO XIV - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/IDADE EM RELAÇÃO AOS GRUPOS ETÁRIOS, DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

GRUPO ETÁRIO (em meses)	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
0 - 6	49	48,7	25,6	29,3	48,1	66,4
6 - 9	39	44,1	29,4	16,5	42,6	69,8
9 - 12	57	45,1	26,6	22,9	43,5	63,6
12 - 18	89	44,0	29,3	18,5	41,2	67,0
18 - 24	106	44,3	29,0	18,3	41,3	69,1
24 - 30	114	44,8	28,4	17,4	42,9	72,5
> 30	113	46,1	28,7	21,6	43,8	68,0

(1) N - Frequência absoluta (4) P25 - Percentil 25
 (2) Média - Média aritmética (5) P50 - Percentil 50
 (3) D.P. - Desvio-padrão (6) P75 - Percentil 75

ANEXO XV - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/IDADE EM RELAÇÃO À RENDA FAMILIAR PER CAPITA (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS), DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

RENDA	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
sem renda	6	56,5	25,6	55,5	60,5	69,0
<= 0,25	32	41,1	28,5	14,6	41,8	63,9
0,25 - 0,50	79	39,9	27,4	15,4	36,4	61,1
0,50 - 1,00	130	41,5	28,4	17,8	36,8	64,0
1,00 - 2,00	147	49,7	27,5	27,1	51,6	72,3
>= 2,00	161	46,8	29,0	21,4	43,6	73,2

(1) N - Frequência absoluta (4) P25 - Percentil 25
 (2) Média - Média aritmética (5) P50 - Percentil 50
 (3) D.P. - Desvio-padrão (6) P75 - Percentil 75

ANEXO XVI - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/IDADE EM RELAÇÃO ÀS FRAÇÕES DE CLASSE SOCIAL, DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA -SP, 1993

FRAÇÕES DE CLASSE (1)	N (2)	MÉDIA (3)	D.P. (4)	P25 (5)	P50 (6)	P75 (7)
S.P.	159	41,0	27,3	19,2	37,4	62,6
P.P.D.	338	45,9	28,4	20,1	43,7	69,8
P.B.	36	52,9	27,8	29,5	57,1	75,2
B.G.	26	51,6	31,0	25,8	55,7	79,9
B.E.	7	41,3	29,7	15,5	40,3	53,7

(1) - Frações de classe	(2)N - Frequência absoluta
S.P. - Subproletariado	(3)Média - Média aritmética
P.P.D. - Proletariado propriamente dito	(4)D.P. - Desvio-padrão
P.B. - Pequena burguesia	(5)P25 - Percentil 25
B.G. - Burguesia gerencial	(6)P50 - Percentil 50
B.E. - Burguesia empresarial	(7)P75 - Percentil 75

ANEXO XVII - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/IDADE EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE DA MÃE (EM ANOS), DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ESCOLARIDADE MÃE	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
Sem genitor	4	38,1	35,3	7,9	34,9	68,3
< 1	13	42,3	28,5	14,5	43,2	60,8
1 - 3	59	38,2	27,9	13,8	32,5	63,4
= 4	112	39,5	27,6	14,8	35,2	59,4
5 - 7	146	47,2	26,7	24,9	43,7	69,8
= 8	74	46,6	26,4	24,3	48,9	67,2
9 - 10	28	54,5	32,3	21,2	64,4	81,8
>= 11	130	47,2	48,7	21,4	45,2	74,9

(1) N - Frequência absoluta	(4) P25 - Percentil 25
(2) Média - Média aritmética	(5) P50 - Percentil 50
(3) D.P. - Desvio-padrão	(6) P75 - Percentil 75

ANEXO XVIII - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/IDADE EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE DO PAI (EM ANOS), DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ESCOLARIDADE PAI	N (1)	MÉDIA	D.P. (2)	P25 (3)	P50 (4)	P75 (5)
Sem genitor	90	42,5	26,9	21,1	39,2	67,0
< 1	13	34,5	30,0	4,3	40,3	51,6
1 - 3	48	48,3	28,2	22,2	52,8	70,8
= 4	85	41,6	26,4	18,1	41,2	59,3
5 - 7	117	45,5	28,5	21,4	41,5	69,8
= 8	58	46,8	30,2	18,3	48,2	71,5
9 - 10	33	35,2	22,2	16,0	34,9	45,1
>= 11	113	50,6	29,9	25,8	55,5	78,0

(1) N - Freqüência absoluta (4) P25 - Percentil 25
(2) Média - Média aritmética (5) P50 - Percentil 50
(3) D.P. - Desvio-padrão (6) P75 - Percentil 75

ANEXO XIX - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/IDADE EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE IRMÃOS, DE 563 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

NÚMERO DE IRMÃOS	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
0	244	48,6	29,4	21,1	49,9	73,6
1	178	42,9	26,5	21,4	40,7	61,1
2 ou mais	141	41,7	28,1	16,7	38,0	63,4

(1) N - Freqüência absoluta (4) P25 - Percentil 25
(2) Média - Média aritmética (5) P50 - Percentil 50
(3) D.P. - Desvio-padrão (6) P75 - Percentil 75

ANEXO XX - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/IDADE EM RELAÇÃO À ORDEM DE NASCIMENTO, DE 563 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ORDEM NASCI- MENTO	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
1	270	48,1	29,4	21,0	49,5	73,0
2	177	42,6	26,3	21,4	42,1	63,4
>= 3	116	41,8	28,1	17,2	37,8	63,3

(1) N - Frequência absoluta (4) P25 - Percentil 25
 (2) Média - Média aritmética (5) P50 - Percentil 50
 (3) D.P. - Desvio-padrão (6) P75 - Percentil 75

ANEXO XXI - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/IDADE EM RELAÇÃO AO PESO DE NASCIMENTO (EM GRAMAS) DE 556 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

PESO AO NAS CER	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
< 2.500	34	24,4	22,1	5,8	17,3	33,4
2.500 - 3.000	132	35,6	28,2	11,0	27,9	59,7
>= 3.000	390	50,0	27,2	27,1	51,0	73,0

(1) N - Frequência absoluta (4) P25 - Percentil 25
 (2) Média - Média aritmética (5) P50 - Percentil 50
 (3) D.P. - Desvio-padrão (6) P75 - Percentil 75

ANEXO XXII - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/ALTURA EM RELAÇÃO AO GRUPO ETÁRIO, DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

GRUPO ETÁRIO (em meses)	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
0 - 6	49	55,5	26,5	31,9	56,1	76,3
6 - 9	39	57,5	30,5	27,6	66,3	85,1
9 - 12	57	55,7	25,4	37,6	56,3	76,6
12 - 18	89	51,9	29,5	26,3	53,7	72,8
18 - 24	106	48,0	26,9	28,8	46,8	71,4
24 - 30	114	45,2	24,5	23,1	42,7	62,4
> 30	112	47,5	26,9	27,7	43,6	67,4

(1) N - Frequência absoluta

(2) Média - Média aritmética

(3) D.P. - Desvio-padrão

(4) P25 - Percentil 25

(5) P50 - Percentil 50

(6) P75 - Percentil 75

ANEXO XXIII - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/ALTURA EM RELAÇÃO À RENDA FAMILIAR PER CAPITA (EM SALÁRIO MÍNIMO), DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

RENDA	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
sem renda	6	49,2	22,4	30,9	49,5	65,3
<= 0,25	32	50,5	30,1	18,3	51,2	74,5
0,25 - 0,50	79	46,5	28,1	20,1	47,5	69,4
0,50 - 1,00	130	45,2	28,2	20,2	41,7	68,4
1,00 - 2,00	147	54,4	25,3	33,2	56,3	75,2
>= 2,00	161	50,1	27,0	29,2	49,0	72,0

(1) N - Frequência absoluta

(2) Média - Média aritmética

(3) D.P. - Desvio-padrão

(4) P25 - Percentil 25

(5) P50 - Percentil 50

(6) P75 - Percentil 75

ANEXO XXIV - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/ALTURA EM RELAÇÃO ÀS FRAÇÕES DE CLASSE SOCIAL, DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA -SP, 1993

FRAÇÕES DE CLASSE (1)	N (2)	MÉDIA (3)	D.P. (4)	P25 (5)	P50 (6)	P75 (7)
S.P.	159	46,9	28,1	23,8	43,6	69,4
P.P.D.	338	50,6	26,7	29,2	51,7	72,0
P.B.	36	51,7	27,6	30,6	52,2	72,0
B.G.	26	51,4	28,0	25,6	51,3	75,1
B.E.	6	45,5	29,3	25,0	35,2	68,4

(1) - Frações de classe	(2)N - Frequência absoluta
S.P. - Subproletariado	(3)Média - Média aritmética
P.P.D. - Proletariado propriamente dito	(4)D.P. - Desvio-padrão
P.B. - Pequena burguesia	(5)P25 - Percentil 25
B.G. - Burguesia gerencial	(6)P50 - Percentil 50
B.E. - Burguesia empresarial	(7)P75 - Percentil 75

ANEXO XXV - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/ALTURA EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE DA MÃE (EM ANOS), DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ESCOLARIDADE MÃE	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
Sem genitor	4	43,0	28,4	18,4	42,5	67,6
< 1	13	53,0	26,5	29,8	63,4	74,5
1 - 3	59	44,2	26,0	21,3	45,9	65,5
= 4	112	46,9	27,7	26,0	41,4	66,4
5 - 7	146	49,9	25,6	30,8	50,1	68,3
= 8	74	49,7	27,4	24,6	50,8	72,1
9 - 10	28	54,9	30,6	27,0	56,9	83,0
>= 11	130	52,8	28,2	29,0	50,9	77,3

(1) N - Frequência absoluta	(4) P25 - Percentil 25
(2) Média - Média aritmética	(5) P50 - Percentil 50
(3) D.P. - Desvio-padrão	(6) P75 - Percentil 75

ANEXO XXVI - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/ALTURA EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE DO PAI (EM ANOS), DE 566 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ESCOLARIDADE PAI	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
Sem genitor	90	47,2	27,0	21,7	48,2	69,4
< 1	13	37,6	29,1	7,5	31,8	59,6
1 - 3	48	51,6	25,4	30,2	51,9	71,6
= 4	85	47,4	25,1	31,2	42,6	66,4
5 - 7	117	51,5	28,1	28,8	52,1	76,1
= 8	58	52,3	27,4	30,3	51,9	72,0
9 - 10	33	44,3	22,5	27,2	42,9	63,1
>= 11	113	50,8	28,5	28,8	50,8	76,3

(1) N - Frequência absoluta

(2) Média - Média aritmética

(3) D.P. - Desvio-padrão

(4) P25 - Percentil 25

(5) P50 - Percentil 50

(6) P75 - Percentil 75

ANEXO XXVII - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/ALTURA EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE IRMÃOS, DE 563 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

NÚMERO DE IRMÃOS	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
0	244	51,8	28,4	26,5	53,5	76,3
1	178	48,2	25,6	27,3	48,2	68,5
2 ou mais	141	47,4	27,0	28,8	43,4	69,1

(1) N - Frequência absoluta

(2) Média - Média aritmética

(3) D.P. - Desvio-padrão

(4) P25 - Percentil 25

(5) P50 - Percentil 50

(6) P75 - Percentil 75

ANEXO XXVIII - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/ALTURA EM RELAÇÃO À ORDEM DE NASCIMENTO, DE 563 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

ORDEM NASCI- MENTO	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
1	269	51,3	28,4	27,7	50,9	76,2
2	177	48,0	25,9	26,8	48,3	68,2
>= 3	116	47,9	26,5	29,6	43,8	69,9

(1) N	- Frequência absoluta	(4) P25	- Percentil 25
(2) Média	- Média aritmética	(5) P50	- Percentil 50
(3) D.P.	- Desvio-padrão	(6) P75	- Percentil 75

ANEXO XXIX - VALORES DA MÉDIA, DESVIO-PADRÃO, PERCENTIS 25, 50 E 75 DOS PERCENTIS DO INDICADOR PESO/ALTURA EM RELAÇÃO AO PESO DE NASCIMENTO (EM GRAMAS), DE 556 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS 14 CRECHES DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP, 1993

PESO AO NAS CER	N (1)	MÉDIA (2)	D.P. (3)	P25 (4)	P50 (5)	P75 (6)
< 2.500	34	35,9	25,0	16,9	30,4	52,9
2.500 - 3.000	132	42,8	27,8	18,8	38,1	66,2
>= 3.000	390	52,9	26,4	31,5	53,6	73,0

(1) N	- Frequência absoluta	(4) P25	- Percentil 25
(2) Média	- Média aritmética	(5) P50	- Percentil 50
(3) D.P.	- Desvio-padrão	(6) P75	- Percentil 75

ANEXO XXX - DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO A RENDA MÉDIA PER CAPITA
EM SALÁRIO MÍNIMO (1) E ÍNDICE DE GINI (2) REFERENTES AO
ESTADO DE SÃO PAULO, MACRO REGIÃO DE CAMPINAS, CIDADE DE
CAMPINAS E CIDADE DE PAULÍNIA

RENDA	ESTADO DE SÃO PAULO % (3)	MACRO REGIÃO CAMPINAS %	CAMPINAS %	PAULÍNIA %
<= 0,25	11,5	11,9	7,1	6,5
0,25 - 0,50	20,5	20,2	14,6	15,7
0,50 - 1,00	33,8	35,7	33,7	41,3
1,00 - 2,00	16,7	16,5	21,6	22,0
> 2,00	11,6	10,8	18,7	10,6
sem renda	4,2	3,6	3,4	2,3
sem declarar	1,0	0,5	0,6	0,9

Índice Gini	0,5797	0,5608	0,5557	0,4875
-------------	--------	--------	--------	--------

(1) Fonte: dados modificados do IBGE (1994)

(2) Índice de Gini: medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (perfeita igualdade) até 1 (desigualdade máxima)

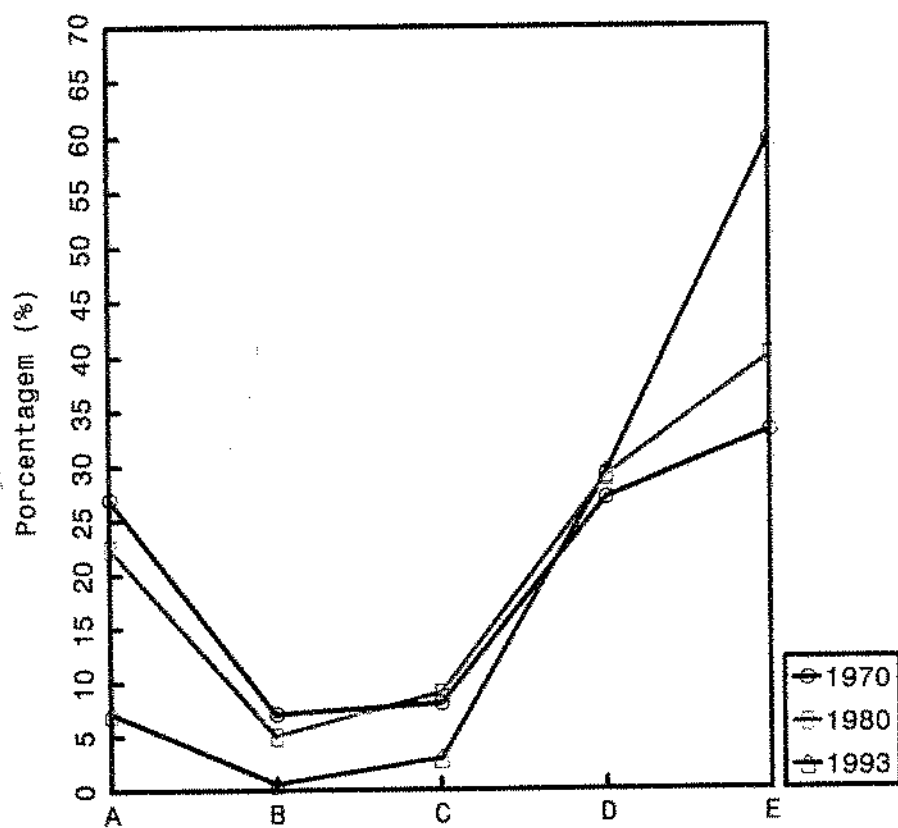
(3) Freqüência relativa

ANEXO XXXI - DISTRIBUIÇÃO (%) EM RELAÇÃO AO PESO DE
NASCIMENTO NA MACRO REGIÃO DE CAMPINAS, CIDADE DE CAMPINAS E
CIDADE DE PAULÍNIA NOS ANOS DE 1992 E 1993 (1).

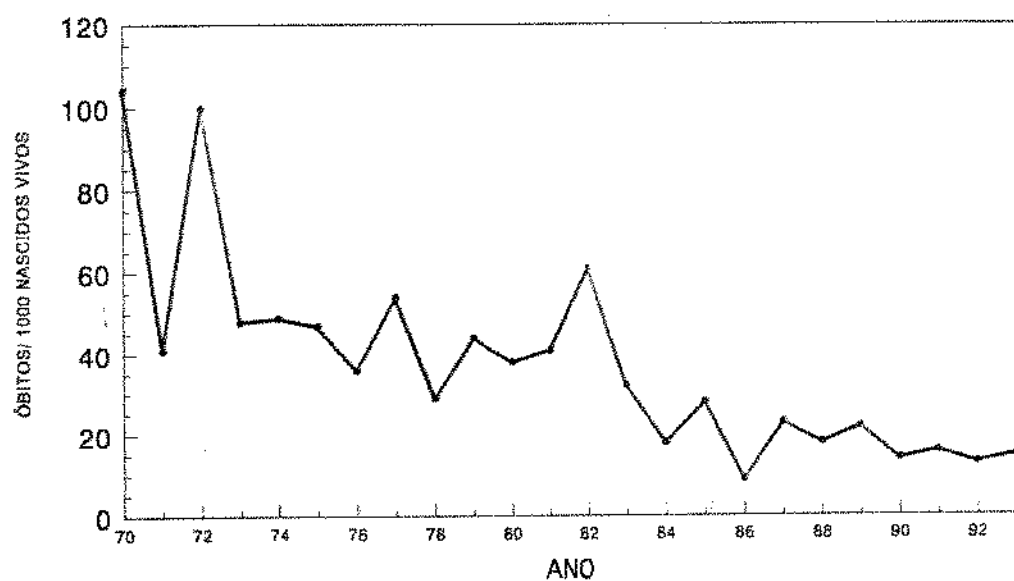
PESO DE NASCIMENTO (g)	MACRO REGIÃO CAMPINAS		CAMPINAS		PAULÍNIA	
	1992	1993	1992	1993	1992	1993
< 2.500	9,1	9,1	9,6	9,9	8,2	7,6
2.500 - 3.000	26,0	25,4	25,7	25,2	25,0	24,4
>= 3.000	64,8	65,4	64,8	64,9	66,9	68,5
ignorado	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) Fonte: dados do ERSA-27, 1992 e 1993

(%) Freqüência relativa



ANEXO XXXII - Curvas de Mortalidade Proporcional, referentes aos anos de 1970, 1980 e 1993 do município de Paulínia - SP. (A: < 1 ano; B: 1 - 4 anos; C: 5 - 19 anos; D: 20 - 49 anos; E: => 50 anos)



ANEXO XXXIII - Curva de Mortalidade Infantil do município de Paulínia - SP - no período de 1970 a 1993.

ANEXO XXXIV - DISTRIBUIÇÃO DE 568 CRIANÇAS MATRICULADAS EM
14 CRECHES MUNICIPAIS DE PAULÍNIA - SP - NO PERÍODO DE 1 DE
MARÇO A 31 DE MAIO DE 1993.

CRECHES	CRIANÇAS	
	(N)	(%)
Padre Anchieta I	25	4,4
Padre Anchieta II	6	1,1
Carolina R. Ferraz	43	7,6
Vitória R. Pigatto	49	8,6
José Paulino Nogueira	44	7,7
Rachel B. Amatte	49	8,6
Francisca R. L. Araújo	54	9,6
Lídia G. Vedovelo	36	6,3
Ferdinando Viacava	50	8,8
Aquilina G. Piva	38	6,7
José Pavan	49	8,6
Palma F. Argentin	35	6,2
Neusa A. Caron	51	9,0
Rosa V. Secomandi	39	6,9
TOTAL	568	100,0

(N) - Frequência absoluta

(%) - Frequência relativa

ANEXO XXXV - Questionário para a avaliação nutricional das
crianças das 14 creches municipais de Paulínia - SP - 1993.

1. Nome:..... 2. Sexo:.....
3. Creche:..... 4. FF/RI:.....
5. Período:..... 6. Raça:.....
7. Data de Nascimento: __/__/__
8. Data da entrevista: __/__/__
9. Endereço:.....
10. Ocupação atual: -PAI:.....
-MÃE:.....
11. Tipo de contrato (posição): -PAI:.....
-MÃE:.....
12. Escolaridade: -PAI:.....
-MÃE:.....
13. Renda Familiar:.....
14. Número de pessoas na família:.....
15. Número de irmãos:.....
16. Ordem de nascimento:.....
17. Antecedentes gestacionais:
 - Pré-natal:.....
 - Peso de nascimento:.....
 - Comprimento:.....
18. Exame antropométrico:
 - Data do exame: __/__/__
 - Raça:.....
 - Peso (g):.....
 - Comprimento (cm):.....
 - Altura (cm):.....

ANEXO XXXVI - ESQUEMA GERAL DA COMPOSIÇÃO DAS FRAÇÕES DE CLASSE SOCIAL (BARROS, 1986)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	OUTRAS VARIÁVEIS DISCRIMINADORAS	FRAÇÕES DE CLASSE
TIPO DE OCUPAÇÃO		
Assalariados	Escriturários e bancários	Proletariado
	Viajantes e agentes	
	Vendedores	propriadamente
	Trab. de transporte e comunicação	
	Trab. de serviços	
	Trab. de processos de produção	dito
	Técnicos, Profissionais, Diretores	Burguesia gerencial
	Construção civil	
	Empregados domésticos	
	Trabalhadores agrícolas	Subproletariado
Fora da PEA	(do lar, afastados e doentes)	
PROPRIEDADE		
Autônomos	Sem negócio	
	Estabelecido com negócio	
Empregadores	RENDA E NÚMERO DE EMPREGADOS	Pequena Burguesia
	Com < 9 SM ou até 4 empregados	
	Com = > 9 SM ou 5 ou + empregados	Burguesia Empresarial

PEA - População economicamente ativa